

YDUQS Participações S.A.

Demonstrações Financeiras - DFP

31 de dezembro de 2020 e

Relatório dos auditores independentes

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Yduqs Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Yduqs Participações S.A. ("Companhia" ou "Yduqs"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Yduqs Participações S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme indicado na nota explicativa 2.21a, a receita da Companhia consiste basicamente na prestação de serviços de atividade de ensino superior, presencial e a distância, para pessoas físicas matriculados semestralmente nos cursos regulares oferecidos pela Companhia. A receita é gerada

por um grande volume de transações com baixo valor individual. Neste contexto, o processo de reconhecimento de receita demanda a existência efetiva de controles internos, que estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas no período de competência adequado, incluindo a manutenção das políticas da Companhia para o cadastro de alunos, precificação dos cursos oferecidos pela Companhia, renegociação de débitos e de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES e PROUNI.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes dos controles internos relevantes implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receita, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastramento de alunos, processo de contratação, ativação, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos FIES e confirmação da comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento; (iv) verificação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, tendo em vista a confirmação e aprovação do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE); (v) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI e confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos; (vi) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; (vii) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; (viii) verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis e (ix) seleção com base em amostras de descontos concedidos via decreto leis e confirmação da aplicação correta dos descontos nos boletos conforme cada jurisdição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios

O teste de redução ao valor recuperável do ágio, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. Conforme indicado na nota explicativa 9, o ágio reconhecido como resultado destas combinações de negócio representa aproximadamente 23% do total de ativos.

O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção e análise do fluxo de caixa projetado elaborado pela administração da Companhia para o teste de redução ao valor recuperável, comparando-o com os planos de negócios aprovados pela Governança; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os resultados efetivos atuais, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) discussão com a administração em relação às principais premissas e testes quanto à metodologia utilizada na mensuração do valor recuperável, especialmente as taxas de desconto e as taxas de crescimento utilizadas na projeção, considerando: (a) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de empresas para nos auxiliar na discussão das principais premissas utilizadas, em comparação com aquelas verificadas no mercado em negócios similares, quando disponíveis; (b) aplicação de análises de sensibilidade sobre as principais premissas adotadas pela administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela administração da Yduqs sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas, e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da administração da Companhia, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção de entendimento dos processos implementados pela administração para identificar, monitorar e registrar contingências; (ii) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (iii) verificação das premissas utilizadas para provisão de contingências trabalhistas, levando em conta o critério específico adotado pela Companhia, baseado no histórico de liquidação de processos, incluindo acordos; (iv) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feitos por advogados externos; (v) verificação das comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte; (vi) para os processos trabalhistas e cíveis que tiveram alteração de prognóstico e/ou valor relevante no período, obtivemos resposta do advogado patrocinador da causa com parecer sobre risco e valor do processo, obtivemos a memória de cálculo dos processos e obtivemos entendimento junto a diretoria jurídica para entender os motivos que influenciaram na mudança e (vii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos cíveis, trabalhistas e tributários na nota explicativa 17 às demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para contingências tributárias, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve subjetividade e alto grau de julgamento da administração. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, conforme divulgado na nota explicativa 4.

Consideramos essa uma área foco de auditoria, pois o uso desses julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas nessa estimativa.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes estabelecidos para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a administração das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do *aging list* e aplicação dos critérios definidos pela administração; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

YDUQS Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Ativo	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Circulante					Passivo e patrimônio líquido				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	118	74	28.407	12.251	Circulante	2.993	1.643	251.229	126.651
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	465.533	208.478	1.604.869	596.861	Fornecedores	390.302	13.586	390.302	13.586
Instrumentos financeiros derivativos – Swap (Nota 19)	33.312		33.312		Empréstimos e financiamentos (Nota 11)			199.549	156.468
Contas a receber (Nota 4)			890.151	759.622	Arrendamentos (Nota 12)			202.157	136.432
Partes relacionadas (Nota 5)		13			Salários e encargos sociais (Nota 13)	599	651	106.695	36.038
Despesas antecipadas (Nota 6)		283	8.178	7.034	Obrigações tributárias (Nota 14)	23.475	138	44.211	18.397
Dividendos a receber		263.909			Mensalidades recebidas antecipadamente			3.543	3.729
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	32.557	3.840	137.601	80.050	Parcelamentos de tributos (Nota 15)				
Outros			33.879	19.866	Partes relacionadas (Nota 5)	78	42		
					Dividendos a pagar (Nota 18)	23.355	153.463	23.355	153.463
					Preço de aquisição a pagar (Nota 16)			57.936	19.142
					Outros	4.810	4.182	13.791	10.964
	<u>531.520</u>	<u>476.597</u>	<u>2.736.397</u>	<u>1.475.684</u>		<u>445.612</u>	<u>173.705</u>	<u>1.292.768</u>	<u>674.870</u>
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Exigível a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos – Swap (Nota 19)	120.787		120.787		Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	3.113.448	601.549	3.113.448	601.549
Contas a receber (Nota 4)			214.160	261.600	Arrendamentos (Nota 12)			1.151.775	880.049
Despesas antecipadas (Nota 6)	1		4.058	4.758	Contingências (Nota 17)	300	306	246.842	118.416
Depósitos judiciais (Nota 17)	232	216	102.688	76.090	Parcelamentos de tributos (Nota 15)			9.190	11.019
Impostos diferidos (Nota 29)	3.210	308	326.769	163.025	Impostos diferidos (Nota 29)			4.137	2.889
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	15.048	36.552	107.726	176.425	Provisão para desmobilização de ativos			89.630	27.470
Outros			14.760	11.934	Preço de aquisição a pagar (Nota 16)			89.946	44.541
					Outros	24.722	28.051	62.561	49.337
	<u>139.278</u>	<u>37.076</u>	<u>890.948</u>	<u>693.832</u>		<u>3.138.470</u>	<u>629.906</u>	<u>4.767.529</u>	<u>1.735.270</u>
Investimentos					Patrimônio líquido (Nota 18)				
Em controladas (Nota 8)	5.338.152	2.612.140			Capital social	1.139.887	1.139.887	1.139.887	1.139.887
Outros			338	338	Gastos com emissão de ações	(26.852)	(26.852)	(26.852)	(26.852)
Intangível (Nota 9)	780.096	780.139	3.186.539	1.610.416	Reservas de capital	687.503	674.021	687.503	674.021
Imobilizado (Nota 10)	5	11	2.451.044	1.732.222	Reservas de lucros	1.465.767	1.509.327	1.465.767	1.509.327
	<u>6.118.253</u>	<u>3.392.290</u>	<u>5.637.921</u>	<u>3.342.976</u>	Dividendo adicional proposto	118.423		118.423	
					Ações em tesouraria	(179.759)	(194.031)	(179.759)	(194.031)
	<u>6.257.531</u>	<u>3.429.366</u>	<u>6.528.869</u>	<u>4.036.808</u>		<u>3.204.969</u>	<u>3.102.352</u>	<u>3.204.969</u>	<u>3.102.352</u>
Total do ativo	<u>6.789.051</u>	<u>3.905.963</u>	<u>9.265.266</u>	<u>5.512.492</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>6.789.051</u>	<u>3.905.963</u>	<u>9.265.266</u>	<u>5.512.492</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

YDUQS Participações S.A.**Demonstrações do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operações continuadas				
Receita líquida das atividades (Nota 23)			3.853.737	3.565.036
Custos dos serviços prestados (Nota 24)			(1.744.913)	(1.520.718)
Resultado bruto			2.108.824	2.044.318
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais (Nota 25)			(859.794)	(571.639)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(20.578)	(17.423)	(895.044)	(587.065)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 8)	258.646	697.500		
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 26)	3.027	1.376	2.393	14.404
Resultado operacional	241.095	681.453	356.379	900.018
Receitas financeiras (Nota 27)	152.785	13.228	245.989	99.141
Despesas financeiras (Nota 27)	(291.708)	(48.738)	(597.403)	(341.231)
Resultado financeiro líquido	(138.923)	(35.510)	(351.414)	(242.090)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.172	645.943	4.965	657.928
Imposto de renda corrente e diferido (Nota 29)	(2.928)	145	69.210	(7.161)
Contribuição social corrente e diferido (Nota 29)	(1.063)	52	24.006	(4.627)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	98.181	646.140	98.181	646.140
Lucro líquido por lote de mil ações – básico (Nota 22)	0,32611	2,15056	0,32611	2,15056
Lucro líquido por lote de mil ações – diluído (Nota 22)	0,32587	2,14927	0,32587	2,14927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

YDUQS Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	98.181	646.140	98.181	646.140
Outros resultados abrangentes				
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>98.181</u>	<u>646.140</u>	<u>98.181</u>	<u>646.140</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores				
Acionistas não controladores	<u>98.181</u>	<u>646.140</u>	<u>98.181</u>	<u>646.140</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

YDUQS Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Reservas de capital					Reservas de lucro					Dividendo adicional proposto	Total
	Capital social	Gastos c/ emissão de ações	Incentivos de longo Prazo	Ágio na subscrição de ações	Deságio na alienação de ações	Opções outorgadas	Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados		
Em 1º de janeiro de 2019	1.139.887	(26.852)	304	595.464	(7.983)	80.585	146.673	869.972	(206.641)			2.591.409
Opções outorgadas (Nota 21)			(304)			(961)						(1.265)
Plano de outorga de ações restritas (Nota 21)						15.603						15.603
Deságio na alienação de ações em tesouraria (Nota 18d.3)					(2.855)				2.855			
Pagamento de <i>Stock options</i> (Nota 21)									5.731			5.731
Pagamento outorga de ações restritas (Nota 21)						(5.832)			4.024			(1.808)
Lucro líquido do exercício										646.140		646.140
Destinação do lucro líquido												
Constituição de reservas							32.307	460.375		(492.682)		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,52 por ação)										(153.458)		(153.458)
Em 31 de dezembro de 2019	1.139.887	(26.852)		595.464	(10.838)	89.395	178.980	1.330.347	(194.031)			3.102.352
Opções outorgadas (Nota 21)						(270)						(270)
Plano de Outorga de Ações Restritas (Nota 21)						26.045						26.045
Deságio na alienação de ações em tesouraria (Nota 18d.3)					(825)				825			
Pagamento de <i>Stock options</i> (Nota 21)									1.979			1.979
Pagamento Outorga de Ações Restritas (Nota 21)						(11.468)			11.468			
Lucro líquido do exercício										98.181		98.181
Destinação do lucro líquido												
Constituição de reservas							4.909			(4.909)		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,08 por ação)										(23.318)		(23.318)
Dividendo adicional proposto								(48.469)		(69.954)	118.423	
Em 31 de dezembro de 2020	1.139.887	(26.852)		595.464	(11.663)	103.702	183.889	1.281.878	(179.759)		118.423	3.204.969

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

YDUQS Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.172	645.943	4.965	657.928
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:				
Depreciação e amortização	48	54	538.936	360.949
Amortização dos custos de captação de empréstimo	5.088	845	5.088	845
Provisão para devedores duvidosos			535.278	308.135
Provisão para perda – Outras contas a receber			7.426	80
Opções outorgadas – Provisão stock options	1.039	561	39.749	17.242
Provisão para contingências	(5)	180	179.145	76.408
Juros sobre empréstimos e financiamentos	103.188	46.108	217.652	141.410
Atualização de obrigação com desmobilização de Ativos			6.954	4
Atualização de compromissos a pagar			2.030	1.837
Ganho/ Perda na baixa de imobilizado e intangível			1.200	3.550
Equivalência patrimonial	(258.646)	(697.500)		
Ajuste a valor presente – contas a receber			(7.910)	(17.293)
Atualização de créditos tributários	(492)	(1.143)	(4.224)	(10.073)
Outros	4.170	(1.050)	4.163	(1.827)
	(43.438)	(6.002)	1.530.452	1.539.195
Variações nos ativos e passivos:				
(Aumento) em contas a receber			(385.747)	(597.925)
(Aumento) Redução de Despesas antecipadas	282	(283)	9.090	(235)
(Aumento) Redução de Impostos e contribuições a recuperar	19.829	4.106	29.997	(8.033)
(Aumento) em Depósitos judiciais	(16)	(216)	(5.046)	5.612
(Aumento) Redução em outros ativos	19	455	(11.922)	(558)
Aumento (Redução) em fornecedores	1.350	(490)	104.626	20.498
Aumento (Redução) em salários e encargos sociais	(1.028)	16	(24.790)	(5.054)
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	16.445	(48)	56.316	(3.446)
Aumento (Redução) em mensalidades recebidas antecipadamente			16.565	1.221
(Redução) em Parcelamento de tributos			(2.529)	(2.351)
(Redução) Condenações cíveis / trabalhistas		(162)	(88.392)	(84.909)
Aumento em Provisão com obrigações desmobilização de Ativos			20.559	515
Aumento (Redução) em outros passivos	653	32.177	17.991	30.528
	(5.904)	29.553	1.267.170	895.058
Juros pagos de empréstimo	(81.424)	(36.283)	(81.424)	(36.369)
IRPJ e CSLL Pagos			(48.536)	(46.021)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais.	(87.328)	(6.730)	1.137.210	812.668
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de ativo imobilizado			(203.699)	(201.563)
Aquisição de ativo Intangível			(259.917)	(164.872)
Dividendos Recebidos	263.909	310.000		
Ágio e fundo de comércio em investimento em empresas controladas			(347.106)	(112.845)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição			(1.574.764)	472
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.468.200)	(14.777)		
Preço de aquisição a pagar			36.721	13.505
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de Investimento.	(2.204.291)	295.223	(2.348.765)	(465.303)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Utilização de ações em tesouraria decorrente de exercício de opções de ações	1.979	5.731	1.979	5.731
Dividendos pagos	(153.426)	(153.161)	(153.426)	(153.161)
Valor de emissão de debêntures		600.000		600.000
Valor recebido de Empréstimos e financiamento	3.209.549		3.209.549	
Custos de captação de empréstimos	(8.797)	(1.742)	(8.797)	(1.742)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(500.587)	(770.587)	(500.587)	(770.587)
Amortização de arrendamento			(312.999)	(236.540)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	2.548.718	(319.759)	2.235.719	(556.299)
Aumento nas disponibilidades	257.099	(31.266)	1.024.164	(208.934)
Caixa e caixa equivalente no início do período	208.552	239.818	609.112	818.046
Caixa e caixa equivalente no final do período	465.651	208.552	1.633.276	609.112
Variação no saldo de disponibilidades	257.099	(31.266)	1.024.164	(208.934)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

YDUQS Participações S.A.**Demonstrações do valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Serviços educacionais			4.002.540	3.700.808
Outras receitas			4.723	3.529
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			(535.278)	(308.135)
			<u>3.471.985</u>	<u>3.396.202</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e serviço de terceiros	(13.488)	(11.705)	(826.309)	(653.606)
Contingências	50	(162)	(165.717)	(66.324)
	<u>(13.438)</u>	<u>(11.867)</u>	<u>(992.026)</u>	<u>(719.930)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(13.438)</u>	<u>(11.867)</u>	<u>2.479.959</u>	<u>2.676.272</u>
Depreciação e amortização	(48)	(54)	(538.936)	(360.949)
Valor adicionado líquido produzido	<u>(13.486)</u>	<u>(11.921)</u>	<u>1.941.023</u>	<u>2.315.323</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	258.646	697.500		
Receita financeira	169.892	13.228	267.744	99.141
Outras	(1.754)	107	(1.239)	15.989
	<u>426.784</u>	<u>710.835</u>	<u>266.505</u>	<u>115.130</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>413.298</u>	<u>698.914</u>	<u>2.207.528</u>	<u>2.430.453</u>
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	5.371	4.637	1.018.576	939.680
Benefícios			62.485	49.934
FGTS			68.833	64.366
	<u>5.371</u>	<u>4.637</u>	<u>1.149.894</u>	<u>1.053.980</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	23.126	1.425	162.492	223.156
Estaduais			4	
Municipais			162.446	148.337
	<u>23.126</u>	<u>1.425</u>	<u>324.942</u>	<u>371.493</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	286.620	46.712	592.314	335.217
Aluguéis			42.197	23.623
	<u>286.620</u>	<u>46.712</u>	<u>634.511</u>	<u>358.840</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos				
Lucros retidos	98.181	646.140	98.181	646.140
	<u>98.181</u>	<u>646.140</u>	<u>98.181</u>	<u>646.140</u>
Valor adicionado distribuído	<u>413.298</u>	<u>698.914</u>	<u>2.207.528</u>	<u>2.430.453</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A YDUQS Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) e suas controladas (conjuntamente, o “Grupo”) têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui trinta e oito empresas, incluindo a YDUQS Participações, sendo trinta e três mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, vinte e um Centros Universitários e cinquenta Faculdades, credenciadas e distribuídas em vinte e cinco estados do país e no Distrito Federal.

Em reunião realizada em 11 de julho de 2019, o Conselho de Administração da YDUQS Participações S.A. deliberou a criação de nova marca para a Companhia, que passou a ser conhecida como **YDUQS**.

A alteração da marca da *holding* possibilita uma melhor utilização de recursos em negócios já existentes, além da construção de posicionamentos diferentes por meio de novas marcas e o desenvolvimento de novas unidades de negócios.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de “Estácio Participações S.A.”, para “YDUQS Participações S.A.”, com a consequente alteração do art. 1.º, “caput”, do Estatuto Social. A marca Estácio permanecerá servindo as operações atuais no segmento de educação superior. As ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas na B3 sob novo código de negociação (“YDUQ3”) em substituição ao “ESTC3” e novo nome de pregão (“YDUQS PART”). Adicionalmente, os ADRs negociados no mercado norte-americano passaram a ser negociados sob o código “YDUQY” em substituição ao “ECPCY”.

Aquisições recentes

Em 18 de outubro de 2019, a Companhia assinou o instrumento particular de compra e venda para adquirir a totalidade das quotas da Adtalem Brasil Holding S.A. (“Adtalem”) através de sua subsidiária direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (“SESES”). No dia 13 de abril de 2020, foi expedida pelo Conselho de Administração e Defesa Econômica (“CADE”) certidão confirmando o trânsito em julgado da decisão que analisou e aprovou, sem restrições, para a aquisição e liquidou a operação no dia 24 de abril de 2020 pelo montante de R\$ 2.206.497, desta forma os resultados da Companhia adquirida foram consolidados a partir de 01º de maio de 2020.

Em 14 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. (“UniTolledo”), através de sua subsidiária direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (“SESES”), pelo montante de R\$ 112.646, desta forma os resultados da Companhia adquirida foram consolidados a partir de 14 de novembro de 2019.

Em 04 de junho de 2020 a Companhia assinou instrumento particular de compra e venda para adquirir a totalidade das quotas da Athenas Grupo Educacional (“Grupo Athenas”) pelo valor de R\$ 120.000, além disso a aquisição prevê cláusula de *earn-out* para os cursos de medicina em R\$ 600 por vaga autorizada, totalizando um valor potencial de R\$ 180.000, a serem pagos após 1ª captação dos respectivos cursos. No dia 20 de julho de 2020, foi expedida pelo Conselho de Administração e Defesa Econômica (CADE) certidão confirmando o trânsito em julgado da decisão que analisou e aprovou, sem restrições, para a aquisição do Grupo Athenas, desta forma os resultados da Companhia adquirida foram consolidados a partir de 01º de agosto de 2020.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 16 de março de 2021, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas na Nota 2.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: provisão para crédito de liquidação duvidosa, perda (*15mpairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas novas que estão em vigor a partir de 2020

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisou alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é de 100% em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Diretas:

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")
Ensine.me Serviços Educacionais Ltda. ("EnsineMe")
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")

Indiretas:

Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")
Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("Estácio Amazonas")
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFES")
Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. ("Unitoledo") (i)
Adtalem Brasil Holding Ltda. ("Adtalem")(ii),
Athenas Serviços Administrativos LTDA(iii)
Centro de Educação de Rolim De Moura LTDA ("FSP") (iii)
Centro de Educação do Pantanal LTDA("FAPAN") (iii)
Pimenta Bueno Serviços Educacionais LTDA ("FAP") (iii)
União Educacional Meta LTDA ("META") (iii)
UNIJIPIA – União Das Escolas Superiores de Ji-Paraná LTDA ("UNIJIPIA") (iii)

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

- (i) Para esta empresa conforme mencionado na NE 1.5, a aquisição aconteceu em 14 de novembro de 2019.
- (ii) Para esta empresa conforme mencionado na NE 1.5, a aquisição aconteceu em 24 de Abril de 2020.
- (iii) Para esta empresa conforme mencionado na NE 1.5, a aquisição aconteceu em 04 de junho de 2020.

1.5 Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As aquisições realizadas em 2020 estão resumidas a seguir:

Athenas Grupo Educacional

Em 04 de junho de 2020, a Companhia adquiriu, através da sua controlada direta IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP"), a totalidade das quotas das sociedades: Athenas Serviços Administrativos LTDA., Centro de Educação de Rolim De Moura LTDA., Centro de Educação do Pantanal LTDA., Pimenta Bueno Serviços Educacionais LTDA., União Educacional Meta LTDA., UNIJIPIA – União Das Escolas Superiores de Ji-Paraná LTDA., todas integrantes do Athenas Grupo Educacional ("Grupo Athenas"), pelo montante de R\$ 113.701, a ser pago da seguinte forma: R\$ 99.701 em recursos financeiros, pagos à vista e o saldo de R\$ 14.000 no 5º ano de aniversário da data de fechamento.

Adicionalmente, a aquisição prevê cláusula de earn-out para os cursos de medicina em R\$ 600 mil por vaga autorizada, totalizando um valor potencial de R\$ 180.000 a serem pagos após 1ª captação dos respectivos cursos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 06 de outubro de 2020 liquidamos o earn-out no valor de R\$ 30.000 referente 1ª captação do curso de medicina ofertado pela FAPAN.

O Athenas Grupo Educacional foi fundado no início dos anos 90, é formado por cinco instituições localizadas no Rio Branco (AC), JiParaná (RO), Rolim de Moura (RO), Pimenta Bueno (RO) e Caceres (MT).

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A norma contábil "CPC15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios" permite a Companhia finalizar este processo de alocação da contraprestação transferida entre ativos e passivos identificados por até 12 meses a partir da data de aquisição.

	Athenas
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	7.563
Contas a receber de clientes	19.699
Impostos e contribuições	170
Imobilizado	86.215
Depósitos Judiciais	98
Impostos Diferidos	16.426
Outros Ativos	2.474
	132.645
Passivo	
Arrendamentos	(61.002)
Fornecedores	(1.023)
Obrigações Trabalhistas	(8.458)
Obrigações tributárias	(5.611)
Parcelamentos	(362)
Provisão de desmobilização	(8.839)
Outras Obrigações	(4.421)
Passivos Líquidos Adquiridos	(89.716)
Total de ativos Identificáveis líquidos ao valor justo	42.929
<i>Goodwill</i>	141.726
Carteira de Clientes	8.918
Passivo Diferido	(3.681)
Licenças	1.910
Total da Contraprestação	191.803
Fluxo de Caixa no momento da aquisição	
Caixa	104.602
Compromissos a Pagar	57.201
Earn-out	30.000
Fluxo de caixa líquido da aquisição	191.803

Sociedade Ensino Superior Adtalem Brasil Holding Ltda (Adtalem)

Em 21 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu, através da sua controlada direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"), a totalidade das quotas da Adtalem Brasil Holding Ltda ("Adtalem"), pelo montante de R\$2.206.497. A Companhia liquidou a operação no dia 24 de abril de 2020, desta forma os resultados da companhia adquirida foram consolidados a partir de 01º de maio de 2020.

Atualmente, a Adtalem Educacional do Brasil conta com 13 instituições de ensino superior distribuídas pelo território nacional. Sendo, ao todo, mais de 16 campi em todo o País.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A norma contábil "CPC15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios" permite a Companhia finalizar este processo de alocação da contraprestação transferida entre ativos e passivos identificados por até 12 meses a partir da data de aquisição.

	Adtalem
Valor justo dos ativos adquiridos	
Caixa e equivalentes de caixa	843
Títulos e valores mobiliários	467.961
Contas a receber de clientes	205.918
Impostos e contribuições	14.517
Imobilizado (i)	600.217
Intangível (ii)	587.147
Depósitos judiciais	22.741
Impostos diferidos	19.595
Outros ativos	19.243
	1.938.182
Valor justos dos passivos assumidos	
Fornecedores	(18.705)
Arrendamentos	(293.458)
Salários e encargos	(68.087)
Obrigações tributárias	(17.403)
Provisão para Contingências	(34.013)
Impostos diferidos	(3.076)
Outras obrigações	(55.328)
	(490.070)
Ativos líquidos	1.448.112
Ágio	758.385
Total da contraprestação transferida	2.206.497

(i) Imobilizado a valor justo é composto dos valores adquiridos pela Adtalem, acrescido dos efeitos da alocação de combinação de negócios no montante de R\$ 76.441.

(ii) Intangível a valor justo é composto dos valores adquiridos pela Adtalem, acrescido dos efeitos da alocação de combinação de negócios:

Principais ativos intangíveis identificados	Valor	Vida útil estimada em anos
Carteira de clientes	146.049	1 a 6
Marca	287.682	15 a 16

A aquisição realizada em 2019 está resumida a seguir:

Sociedade Ensino Superior Toledo Ltda. (Unitoledo)

Em 14 de novembro de 2019, a Estácio Participações S.A. (YDQUS) adquiriu, através da sua controlada direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"), a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda., pelo montante de R\$ 112.646. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dessa aquisição é de R\$ 30.038, sendo R\$ 28.986 referente ao valor principal e R\$ 1.052 de atualização monetária.

A Unitoledo, fundada em 1966, é uma instituição de ensino superior de tradição e excelência reconhecida na oferta de cursos de graduação e pós-graduação. A instituição possui localização privilegiada no município de Araçatuba, região noroeste de São Paulo.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	<u>Unitoledo</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	272
Contas a receber de clientes	3.087
Impostos e contribuições	312
Outros investimentos	106
Imobilizado	6.038
Intangível	275
Outros ativos	370
	10.460
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(214)
Fornecedores	(341)
Obrigações trabalhistas	(3.427)
Obrigações tributárias	(112)
Parcelamentos	(6.548)
Outras obrigações	(17)
	(10.659)
Total de ativos identificáveis líquidos ao valor justo	(199)
Marca	22.738
Carteira de alunos	4.338
Licenças	606
Goodwill	94.575
Imposto de renda diferido	(9.412)
Total da Contraprestação	112.646
Fluxo de Caixa no momento da aquisição	
Caixa	82.608
Compromissos a pagar (Nota 16)	30.038
Fluxo de caixa líquido da aquisição	112.646

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foi feita com base em uma avaliação do valor justo na data base de aquisição.

1.6 Efeito Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia de surto de COVID-19. Durante o mês de março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram bloqueios ou outras restrições para conter o vírus e várias empresas suspenderam ou reduziram as operações.

A Companhia implementou medidas de forma a manter nossa prestação de serviços assim como todo o suporte necessário para a condução dos negócios. Entre as medidas implementadas incluem a utilização de recursos de tecnologia da informação para oferecer aulas ao vivo, utilizando plataformas sistêmicas de comunicação e colaboração online mantendo os níveis de qualidade contratados pelos alunos presenciais; a manutenção normal das aulas na modalidade EAD e a continuidade de nossos processos de negócios, mesmo à distância, que estão operando com reduzida perda de eficiência.

No exercício de 2020, foram perceptíveis os efeitos da pandemia da COVID-19, dentre os principais impactos no resultado da Companhia foram:

- (i) O programa “Estácio com Você” que tem como objetivo estimular a continuidade dos estudos dos alunos Estácio de todo o país, oferecendo isenção de mensalidades e/ou flexibilização de pagamento para alunos elegíveis de acordo com o regulamento. Além disso, as decisões judiciais com efeitos para a coletividade de alunos e/ou das Leis sancionadas sobre descontos de mensalidade nos respectivos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Sergipe. Tais efeitos, tiveram um impacto não recorrente na receita líquida de R\$ 217,9 milhões, sendo (R\$ 71,1 milhões no 4º trimestre de 2020, R\$ 79,3 milhões no 3º trimestre de 2020 e R\$ 67,5 milhões no 2º trimestre de 2020).
- (ii) A Companhia mantém uma sólida posição de caixa que nos traz a segurança para enfrentar as incertezas e a confiança para seguirmos nosso planejamento de longo prazo. Dentro do plano

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

estratégico de caixa seguimos a captação através de linhas de créditos com bancos de reconhecida liquidez. Além disso, decidimos postergar algumas saídas de caixa como a distribuição dos dividendos apurados em 2019, conforme AGE do dia 24 de abril de 2020, determinados investimentos planejados no 1º semestre (Capex), a adesão a MP 927 para postergação de determinados impostos, aderimos por um breve período a redução de 25% da jornada de trabalho e a suspensão de contrato com recomposição salarial (aplicação da MP 936), bem como intensificamos as renegociações com os fornecedores, principalmente os contratos de arrendamentos.

- (iii) Adicionalmente, a Companhia revisou as projeções utilizadas para avaliação e análise do *impairment* dos ativos, incluindo goodwill, e não identificou alterações e/ou circunstâncias que indicariam um acionador de redução ao valor recuperável desses ativos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas;
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
(instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
(instrumentos de patrimônio)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos financeiros (instrumentos de patrimônio) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras consolidadas, pela adoção, diferente daquele mencionado na Nota 1.3.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

2.5 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.9 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

ensino obtida junto a *Royalty Source* e *Royaltystat*. Para determinação das vidas úteis das marcas foi considerada a metodologia (Income approach -Relief from Royalty), cujo cálculo é a partir da taxa de royalty sobre a receita líquida projetada.

(b.3) Licença de operação

O valor justo da licença de operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do início da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Os contratos de arrendamento mercantil que não transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento operacional. São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

A Yduqs Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permitem que os tributos calculados sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica não sejam recolhidos aos cofres governamentais. A isenção decorrente do PROUNI não poderá ser distribuída aos sócios e deverá constituir a reserva de lucro.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,60%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.17 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas, conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

2.18 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 21)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

2.22 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas contábeis críticas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

(i) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2020	2019
Margem bruta média (i)	53,5	53,5
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	11,7	13,7

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

(v) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A partir de 1º de janeiro de 2018 a PCLD passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 – CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.24 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	118	74	28.407	12.251
Caixa e equivalentes de caixa	118	74	28.407	12.251
Títulos Públicos Federal (Fundos exclusivos)	108.861	128.912	556.692	366.116
LFs (Fundos exclusivos)	29.371	62.953	150.194	178.787
CDB	301.836	14.400	707.506	43.303
CDB (Fundos exclusivos)	10.050	2.176	51.396	6.179
Compromissada	15.365		78.575	
Crédito Corporativo			59.097	
Títulos Públicos (Fundos exclusivos)	50	37	1.409	2.476
Títulos e valores mobiliários	465.533	208.478	1.604.869	596.861

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2020, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "valor justo por meio do resultado".

As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. A rentabilidade média anual dos fundos de investimento em 31 de dezembro de 2020 foi de 89,62% do CDI (em 31 de dezembro de 2019 a rentabilidade média anual foi de 98,55% do CDI).

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 102,61% em 31 de dezembro de 2020 (98,95% em 31 de dezembro de 2019).

Com a aquisição da Adtalem, foi incluído no portfólio outros fundos de investimentos com rentabilidade média anual em 31 de dezembro de 2020 de 103,26% do CDI.

A Companhia não possui ativos financeiros desconhecidos. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 19.

4 Contas a receber

	Consolidado	
	2020	2019
Mensalidades de alunos (a)	1.450.572	1.057.226
FIES (b)	161.292	295.598
Convênios e permutas	13.647	11.730
Cartões a receber (c)	90.450	91.130
Acordos a receber	125.879	71.554
	1.841.840	1.527.238
PCLD	(694.604)	(471.190)
Valores a identificar	(23.393)	(7.384)
(-) Ajuste a valor presente (d)	(19.532)	(27.442)
	1.104.311	1.021.222
Ativo circulante	890.151	759.622
Ativo não circulante	214.160	261.600
	1.104.311	1.021.222

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2020 está relacionado ao PAR (Programa de Parcelamento Estácio), DIS (Diluição de mensalidade) e ao programa de parcelamento Athenas. A composição por idade é a seguinte:

	Consolidado	
	2020	2019
2021	13.620	145.489
2022	153.434	129.720
2023 a 2026	181.825	128.304
(-) Ajuste a valor presente (c)	(19.532)	(27.442)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(115.187)	(114.471)
Ativo não circulante	214.160	261.600

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.

O DIS é a modalidade de pagamento do valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades, e a diluição da diferença para o valor integral das mensalidades sem bolsas e/ou benefícios, em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular conclusão do curso, atualizado mensalmente pelo IPCA.

- (a) A partir do 2º trimestre, em consequência dos impactos adversos da pandemia da Covid-19, tivemos um impacto na adimplência e na política de preço das mensalidades (Nota 1.6 (i)).
- (b) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.
- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até junho de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,45%.
- (c) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de mensalidades e negociações em atraso.
- (d) O ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2020 soma R\$ 19.532 (R\$ 12.808 referente ao PAR, R\$ 6.724 ao DIS) e em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 27.442 (R\$ 20.814 referente ao PAR, R\$ 6.628 ao DIS).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2020	%	2019	%
FIES	161.292	9	295.598	19
A vencer	758.955	40	628.569	42
Vencidas até 30 dias	201.029	11	134.384	9
Vencidas de 31 a 60 dias	122.654	7	80.080	5
Vencidas de 61 a 90 dias	93.975	5	65.201	4
Vencidas de 91 a 179 dias (i)	127.735	7	111.876	7
Vencidas há mais de 180 dias	376.199	20	211.530	14
	1.841.840	100	1.527.238	100

- (i) Parte substancial da variação refere-se aos produtos financeiros (DIS/PAR evasão) e as recentes aquisições.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2020	%	2019	%
A vencer	42.653	34	24.450	34
Vencidas até 30 dias	11.394	8	5.570	8
Vencidas de 31 a 60 dias	8.473	7	5.018	8
Vencidas de 61 a 90 dias	8.191	7	5.159	7
Vencidas de 91 a 179 dias	12.731	10	11.148	15
Vencidas há mais de 180 dias	42.437	34	20.209	28
	<u>125.879</u>	<u>100</u>	<u>71.554</u>	<u>100</u>

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 2018	402.646
Constituição	310.367
PCLD adquirida no ato da aquisição	11.041
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	<u>(252.864)</u>
Saldo em 2019	471.190
Constituição	535.278
Constituição por aquisição	103.211
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	<u>(415.075)</u>
Saldo em 2020	<u>694.604</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais (Nota 25), estava representada da seguinte forma:

	Consolidado	
	2020	2019
Efeito líquido da PCLD no resultado	535.278	310.367
Baixa / (Reversão) de boletos vencidos há mais de 360 dias	<u></u>	<u>(2.232)</u>
	<u>535.278</u>	<u>308.135</u>

5 Partes relacionadas

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas. Nas operações com partes relacionadas não há incidência de juros e/ou atualização monetária.

O saldo de contas a receber das controladas refere-se à rateio de despesas organizacionais e estão descritos a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Ativo circulante		
Conta corrente		
Irep		3
Estácio Ribeirão Preto		1
EnsineMe		6
Outros		<u>3</u>
Sociedades controladas		<u>13</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora	
	2020	2019
Passivo circulante		
Conta corrente		
Seses	78	42
Sociedades controladas	78	42

6 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2020	2019
Seguros	2.777	3.144
IPTU	148	
Material didático		190
Antecipação de férias e encargos	2.176	4.008
Taxa de credenciamento - MEC	2.827	1.755
Aluguéis a apropriar	1.982	
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa	1.479	1.901
Outras despesas antecipadas	847	794
	12.236	11.792
Ativo circulante	8.178	7.034
Ativo não circulante	4.058	4.758
	12.236	11.792

Na controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 1 é referente aos seguros elementares (R\$ 283 referente a seguros elementares em 31 de dezembro de 2019).

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRRF (i)	29.985	2.685	39.088	13.155
Adiantamentos IRPJ/CSLL			11.335	6.261
IRPJ/CSLL a compensar (ii)	17.620	37.707	99.952	151.152
PIS			789	2.231
COFINS			2.920	8.018
ISS			66.496	59.334
INSS			24.247	15.767
OUTROS			500	557
	47.605	40.392	245.327	256.475
Ativo circulante	32.557	3.840	137.601	80.050
Ativo não circulante	15.048	36.552	107.726	176.425
	47.605	40.392	245.327	256.475

(i) O montante aqui apresentado representa as antecipações de IRPJ sob a forma de retenção na fonte. O aumento ocorrido no ano de 2020 está relacionado ao IRRF na operação de Juros sobre Capital Próprio (JCP) realizado entre empresas do mesmo grupo econômico. Tais antecipações revertem-se em créditos fiscais utilizados para compensação de tributos no exercício fiscal seguinte.

(ii) Este montante representa o excesso de antecipações do IRPJ/CSLL ocorrido em anos anteriores, que são utilizados para as compensações de tributos da União e são corrigidos mensalmente pela taxa Selic.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

8 Investimentos em controladas**(a) Controladora Yduqs Participações S.A.**

	2020		2019	
	Investimento	Perda com Investimento	Investimento	Perda com Investimento
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	3.923.597		1.394.421	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.226.699		1.119.135	
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	3.244		3.424	
Ensine.me Serviços Educacionais Ltda. ("EnsineMe")		(30)		(30)
Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")	184.610		95.160	
	<u>5.338.150</u>	<u>(30)</u>	<u>2.612.140</u>	<u>(30)</u>

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2020								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	2.977.837	4.949.627	1.026.030	3.923.597		3.923.597	156.165
IREP	100%	628.492	1.699.071	534.814	1.164.257	62.442	1.226.699	14.328
NACP	100%	17.364	1.572	(1.672)	3.244		3.244	(1.220)
EnsineMe (i)	100%	251	32	67	(35)	5	(30)	
Estácio Ribeirão Preto	100%	23.837	269.831	82.991	186.840	(2.230)	184.610	89.372
		<u>6.920.133</u>	<u>1.642.230</u>	<u>5.277.903</u>	<u>62.447</u>	<u>(2.230)</u>	<u>5.338.120</u>	<u>258.645</u>

2019								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	2.376.452	982.031	1.394.421		1.394.421	445.149
IREP	100%	526.272	1.577.310	520.617	1.056.693	62.442	1.119.135	168.616
NACP	100%	16.614	4.284	860	3.424		3.424	(801)
EnsineMe (i)	100%	251	32	67	(35)	5	(30)	
Estácio Ribeirão Preto	100%	23.837	225.094	127.704	97.390	(2.230)	95.160	84.536
		<u>4.183.172</u>	<u>1.631.279</u>	<u>2.551.893</u>	<u>62.447</u>	<u>(2.230)</u>	<u>2.612.110</u>	<u>697.500</u>

(i) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante da controladora.

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Investimentos em controladas em 2018	2.151.500
Equivalência patrimonial	697.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.777
Opções outorgadas	(1.265)
Dividendos 2019	(263.909)
Plano de ações restritas	13.537
Investimentos em controladas em 2019	<u>2.612.140</u>
Equivalência patrimonial	258.645
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.468.200
Aumento de capital	(26.550)
Opções outorgadas	(270)
Plano de ações restritas	25.985
Investimentos em controladas em 2020	<u>5.338.150</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2020.

Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

(b) Controladora Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sá Ltda. ("SESES")

	2020	2019
Sociedade De Ensino Superior Toledo Ltda. ("UNITOLEDO")	105.077	96.236
Adtalem Educacional do Brasil Ltda. ("ADTALEM")	2.121.705	
	<u>2.226.782</u>	<u>96.236</u>

As informações das controladas da SESES estão representadas a seguir:

2020							
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Lucro líquido do exercício
UNITOLEDO	100%	3.460	49.992	39.626	10.366	94.711	7.695
ADTALEM	100%	1.014.623	2.573.856	534.294	2.039.562	82.143	17.381
			<u>2.623.848</u>	<u>573.920</u>	<u>2.049.928</u>	<u>176.854</u>	<u>25.076</u>
2019							
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Lucro líquido do exercício
UNITOLEDO	100%	2.110	39.577	37.916	1.661	94.575	860
			<u>39.577</u>	<u>37.916</u>	<u>1.661</u>	<u>94.575</u>	<u>860</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta SESES em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Equivalência patrimonial	860
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000
Aquisição de controlada	(199)
Ágio na aquisição	<u>94.575</u>
Investimentos em controladas em 2019	<u>96.236</u>
Equivalência patrimonial	25.076
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.040
Opções outorgadas	1.955
Aquisição de Controlada	2.008.196
Ágio na Aquisição	<u>82.279</u>
Investimentos em controladas em 2020	<u>2.226.782</u>

(c) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	2020	2019
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	604.267	586.235
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	7.283	8.921
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	25.828	28.646
Athenas Serviços Administrativos Ltda ("ATHENAS")	4.766	
União das Escolas Superiores de JI-PARANA Ltda ("UNIJIPA")	40.424	
Pimenta Bueno Serviços Educacionais LTDA ("PIMENTA BUENO")	1.702	

YDUQS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Centro Educacional Rolim de Moura Ltda ("CENTRO ROLIM")	9.887	
União Educacional Meta Ltda ("UNIÃO META")	48.082	
Centro de Educacional do Pantanal Ltda ("CENTRO PANTANAL")	81.704	
	<u>823.943</u>	<u>623.802</u>

As informações das controladas da IREP estão representadas a seguir:

								2020
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
ATUAL	100%	434.777	647.156	58.392	588.764	15.503	604.267	15.236
FAL	100%	20.781	9.158	9.951	(793)	8.076	7.283	(2.488)
FATERN	100%	9.160	13.991	3.142	10.849	14.979	25.828	(2.817)
ATHENAS	100%	4.951	386	1.600	(1.214)	5.980	4.766	(134)
UNIJIPA	100%	20.118	29.417	15.965	13.452	26.972	40.424	(86)
PIMENTA BUENO	100%	3.542	6.633	3.817	2.816	(1.114)	1.703	(556)
CENTRO ROLIM	100%	7.414	17.495	11.016	6.479	3.408	9.887	(132)
UNIÃO META	100%	27.033	51.558	36.325	15.233	32.849	48.082	(118)
CENTRO PANTANAL	100%	12.661	24.435	16.363	8.072	73.630	81.703	1.000
		<u>800.229</u>	<u>156.571</u>	<u>643.658</u>	<u>180.283</u>	<u>823.943</u>	<u>9.905</u>	
								2019
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
ATUAL	100%	41.927	690.098	119.366	570.732	15.503	586.235	71.588
FAL	100%	20.031	11.621	10.776	845	8.076	8.921	(2.937)
FATERN	100%	9.160	17.980	4.313	13.667	14.979	28.646	(101)
		<u>719.699</u>	<u>134.455</u>	<u>585.244</u>	<u>38.558</u>	<u>623.802</u>	<u>68.550</u>	

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta IREP em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Investimentos em controladas em 2018	579.520
Equivalência patrimonial	68.550
Adiantamento para futuro aumento de capital	28.962
Dividendos 2019	(53.498)
Opções outorgadas	268
Investimentos em controladas em 2019	<u>623.802</u>
Equivalência patrimonial	9.905
Aquisição de Controlada	38.029
Ágio na aquisição	141.726
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.386
Opções Outorgadas	95
Investimentos em controladas em 2020	<u>823.943</u>

(d) Controlada Sociedade Atual da Amazônia ("ATUAL")

	2020	2019
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	58.243	49.706
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	1.945	2.785
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	17.593	18.612
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	1.244	1.406
Unisãoluis Educacional S.A ("SÃO LUIS")	84.955	86.470

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	47.703	48.836
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASDESC")	5.309	6.340
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("Estácio Amazonas")	52.022	50.724
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	103.026	94.848
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	56.380	48.486
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	91.033	94.155
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	44.639	37.526
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	9.344	13.899
	573.436	553.793

As informações das controladas da ATUAL estão representadas a seguir:

2020									
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SEAMA	100%	4.407	56.276	16.068	40.208	18.035		58.243	8.536
IDEZ	100%	9.247	3.577	3.679	(102)	2.047		1.945	(2.040)
FARGS	100%	8.606	17.954	8.416	9.538	8.055		17.593	(1.019)
UNIUOL	100%	10.328	1.168	880	288	956		1.244	(462)
SÃO LUIS	100%	3.819	82.678	25.091	57.587	27.368		84.955	(1.540)
FACITEC	100%	6.051	84.041	62.992	21.049	26.654		47.703	(1.134)
ASSESC	100%	2.916	11.754	11.168	586	4.723		5.309	(1.230)
Estácio Amazonas	100%	48.797	56.158	30.350	25.808	26.214		52.022	1.250
IESAM	100%	14.980	73.024	8.580	64.444	26.797	11.785	103.026	8.398
CEUT	100%	16.938	44.839	16.027	28.812	27.568		56.380	7.847
FNC	100%	22.328	44.616	25.629	18.987	72.046		91.033	(1.159)
FCAT	100%	12.191	46.764	22.246	24.518	20.121		44.639	8.031
FUFS	100%	13.593	9.009	5.920	3.089	6.255		9.344	(4.788)
			531.858	237.046	294.812	266.839	11.785	573.436	20.690
2019									
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SEAMA	100%	8.606	60.796	29.125	31.671	18.035		49.706	18.652
IDEZ	100%	8.147	4.151	3.413	738	2.047		2.785	(1.663)
FARGS	100%	9.778	18.084	7.527	10.557	8.055		18.612	1.713
UNIUOL	100%	10.028	1.223	773	450	956		1.406	(897)
SÃO LUIS	100%	3.795	100.513	41.411	59.102	27.368		86.470	21.282
FACITEC	100%	6.051	85.039	62.857	22.182	26.654		48.836	4.834
ASSESC	100%	2.416	11.755	10.138	1.617	4.723		6.340	(1.209)
Estácio Amazonas	100%	14.980	55.960	31.450	24.510	26.214		50.724	3.362
IESAM	100%	48.796	76.775	20.729	56.046	26.797	12.005	94.848	16.153
CEUT	100%	16.938	46.338	25.420	20.918	27.568		48.486	6.541
FNC	100%	22.328	51.551	31.404	20.147	72.046	1.962	94.155	2.561
FCAT	100%	12.191	46.182	29.694	16.488	20.121	917	37.526	4.649
FUFS	100%	13.593	12.756	5.269	7.487	6.255	157	13.899	(2.248)
			571.123	299.210	271.913	266.839	15.041	553.793	73.730

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta ATUAL em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Investimentos em controladas em 2018	535.725
Equivalência patrimonial	73.730
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.450
Amortização de fundo de comércio	(4.882)
Dividendos 2019	(53.498)
Opções outorgadas	268
Investimentos em controladas em 2019	553.793
Equivalência patrimonial	20.690
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.090
Amortização de fundo de comércio	(3.256)
Opções outorgadas	24
Aumento de capital	95
Investimentos em controladas em 2020	573.436

9 Intangível

(a) Intangível - Controladora

	2019		2020
	Custo	Adições	Custo
Custo			
Ágio em aquisições de investimentos (i)	780.065		780.065
Direito de uso de software	99		99
Projeto Integração	212		212
Fundo de comércio	79.704		79.704
	860.080		860.080
	Taxas de amortização		
	Amortização	Adições	Amortização
Amortização			
Direito de uso de software	20% a.a. (99)		(99)
Projeto Integração	20% a.a. (138)	(43)	(181)
Fundo de comércio	20 a 33% a.a. (79.704)		(79.704)
	(79.941)	(43)	(79.984)
Saldo residual líquido	780.139	(43)	780.096
	2018		2019
	Custo	Adições	Custo
Custo			
Ágio em aquisições de investimentos (i)	780.065		780.065
Direito de uso de software	99		99
Projeto Integração	212		212
Fundo de comércio	79.704		79.704
	860.080		860.080
	Taxas de amortização		
	Amortização	Adições	Amortização
Amortização			
Direito de uso de software	20% a.a. (91)	(8)	(99)
Projeto Integração	20% a.a. (97)	(41)	(138)
Fundo de comércio	20 a 33% a.a. (79.703)	(1)	(79.704)
	(79.891)	(50)	(79.941)
Saldo residual líquido	780.189	(50)	780.139

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(i) O ágio é parte integrante da linha de investimento em função da incorporação da Estácio Ribeirão Preto Holding.

(b) Intangível - Consolidado

		2019					2020		
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclas.	Custo	
Custo									
Ágio em aquisições de investimentos		1.276.056	904.285	136				2.180.477	
Direito de uso de software		441.660	59.333	161.639	(13.827)	2.402	(258)	650.949	
EAD e Integração		18.360						18.360	
Central de Ensino		102.810		12.881		(325)		115.366	
Arquitetura de TI		21.664						21.664	
Conteúdo de disciplinas on line		8.043						8.043	
Fábrica de conhecimento EAD		44.372		12.352				56.724	
Banco de questões		13.122		764				13.886	
Fundo de Comércio		201.185	597.775		(206)			798.754	
Outros		70.291	19.486	72.075		(2.077)	1.582	161.356	
		2.197.563	1.580.879	259.847	(14.033)		1.324	4.025.580	
		Taxas de amortização	Amortização	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclas.	Amortização
Amortização									
Ágio em aquisições de investimentos		Indefinida	(6.924)						(6.924)
Direito de uso de software		10 a 20% a.a.	(293.265)	(23.545)	(92.821)	12.911	34	35	(396.651)
EAD e Integração		20% a.a.	(17.904)		(306)				(18.210)
Central de Ensino		10% a.a.	(43.147)		(13.170)				(56.317)
Arquitetura de TI		17 a 20% a.a.	(16.220)		(3.845)				(20.065)
Conteúdo de disciplinas on line		20% a.a.	(7.457)		(326)				(7.783)
Fábrica de conhecimento EAD		10% a.a.	(13.578)		(5.406)				(18.984)
Banco de questões		20% a.a.	(8.002)		(2.482)				(10.484)
Fundo de Comércio (i)		20 a 50% a.a.	(158.462)	(57.329)	(45.860)				(261.651)
Outros		20 a 50% a.a.	(22.188)	(7.344)	(12.406)		(34)		(41.972)
			(587.147)	(88.218)	(176.622)	12.911		35	(839.041)
Saldo residual líquido									
		1.610.416	1.492.661	83.225	(1.122)		1.359	3.186.539	

(i) Refere-se aos intangíveis alocados em combinação de negócios: Carteiras de clientes, Marcas e Licença de operação.

		2018					2019	
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos		1.181.481		94.575			1.276.056	
Direito de uso de software		334.996	830	106.902	(326)	(742)	441.660	
EAD e Integração		18.298		39		23	18.360	
Central de Ensino		86.910		15.900			102.810	
Arquitetura de TI		21.664					21.664	
Conteúdo de disciplinas on line		8.043					8.043	
Fábrica de conhecimento EAD		39.304		5.068			44.372	
Banco de questões		11.636		1.486			13.122	
Fundo de Comércio		173.503		27.682			201.185	
Outros		34.231	3	35.478	(140)	719	70.291	
		<u>1.910.066</u>	<u>833</u>	<u>287.130</u>	<u>(466)</u>		<u>2.197.563</u>	
		Taxas de amortização	Amortização	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Amortização
Amortização								
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida		(6.924)					(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.		(236.368)	(559)	(56.339)	1		(293.265)
EAD e Integração	20% a.a.		(17.216)		(688)			(17.904)
Central de Ensino	10% a.a.		(31.018)		(12.129)			(43.147)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.		(12.375)		(3.845)			(16.220)
Conteúdo de disciplinas on line	20% a.a.		(7.007)		(450)			(7.457)
Fábrica de conhecimento EAD	10% a.a.		(8.784)		(4.794)			(13.578)
Banco de questões	20% a.a.		(5.624)		(2.378)			(8.002)

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Fundo de Comércio (i)	20 a 50% a.a.	(153.580)		(4.882)		(158.462)
Outros	20% a.a.	(17.350)		(4.838)		(22.188)
		(496.246)	(559)	(90.343)	1	(587.147)
Saldo residual líquido		<u>1.413.820</u>	<u>274</u>	<u>196.787</u>	<u>(465)</u>	<u>1.610.416</u>

(i) Refere-se aos intangíveis alocados em combinação de negócios: Carteiras de clientes, Marcas e Licença de operação.

Em 31 de dezembro de 2020 de 2019, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
UNITOLEDO			94.711	94.575
ADTALEM			762.559	
ATHENAS			141.726	
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
lesam			26.797	26.797
Estácio Amazonas			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS			6.255	6.255
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
EnsineMe			5	5
Estácio Ribeirão Preto	9.371	9.371	9.371	9.371
Estácio Ribeirão Preto Holding	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>
	<u>780.065</u>	<u>780.065</u>	<u>2.173.553</u>	<u>1.269.132</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade e uma única taxa de desconto nominal de 11,7% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

10 Imobilizado**Imobilizado - Consolidado**

	31 de dezembro de 2019					31 de Dezembro de 2020	
	Custo	Adições por Aquisição	Adição	Baixas	Transf	Reclas.	Custo
Custo							
Terrenos	19.787	48.448					68.235
Edificações	241.413	93.224	4.163		7.861	2.940	349.601
Edificações em terceiros	1.134.379	404.704	162.418	(23.537)			1.677.964
Benfeitorias em imóveis de terceiros	364.147	154.077	11.957	(448)	65.748	(618)	594.863
Móveis e utensílios	140.155	52.478	15.911	(1.343)	60	38	207.299
Computadores e periféricos	182.156	57.920	27.635	(8.572)		36	259.175
Máquinas e equipamentos	138.724	60.183	21.909	(44.161)	77	(2)	176.730
Equipamentos de atividades físicas	87.887	8.501	15.118	(53)	38	61	111.552
Biblioteca	171.481	39.133	1.505	(404)			211.715
Instalações	64.946	11.071	6.802		4	302	83.125
Tablets	9.309			(9.309)			
Construções em andamento	41.790	6.943	90.591		(73.792)	(4.080)	61.452
Desmobilização	27.471	34.647	20.559				82.677
Outros	18.342	3.278	2.033	(27)	1		23.627
	2.641.987	974.607	380.601	(87.854)	(3)	(1.323)	3.908.015

	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições por Aquisição	Adição	Baixas	Transf	Reclas.	Depreciação
Depreciação								
Edificações	1,67 a 4% a.a.	(67.310)	(58.434)	(8.236)			(636)	(134.616)
		(163.985)	(71.405)	(211.992)	5.757			(441.625)
Edificações em terceiros	21,60% a.a			(47.684)	449		614	(238.354)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 11,11% a.a.	(191.733)						
Móveis e utensílios	8,33 a 10% a.a.	(71.906)	(28.523)	(15.714)	1.292	3		(114.848)
Computadores e periféricos	20 a 25% a.a.	(145.829)	(37.521)	(21.099)	8.560	(624)	(1)	(196.514)
Máquinas e equipamentos	8,33 a 10% a.a.	(94.621)	(13.320)	(16.028)	44.143	624		(79.202)
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(28.005)	(2.554)	(6.320)	43		(1)	(36.837)
Biblioteca	5 a 10% a.a.	(84.379)	(23.543)	(9.200)	404			(116.718)
Instalações	8,33 a 20% a.a.	(25.970)	(6.396)	(5.915)			(12)	(38.293)
Tablets	20% a.a.	(8.901)		(408)	9.309			-
Desmobilização		(18.267)	(11.136)	(17.187)				(46.590)
Outros	14,44 a 20% a.a.	(8.859)	(2.007)	(2.530)	22			(13.374)
		(909.765)	(254.839)	(362.313)	69.979	3	(36)	(1.456.971)
Saldo residual líquido		1.732.222	719.768	18.288	(17.875)		(1.359)	2.451.044

Na controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 5 é referente à computadores e periféricos (R\$ 11 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

	2018					2019
	Custo	Adições por aquisições	Adição	Baixas	Transf.	Custo
Custo						
Terrenos	19.295	492				19.787
Edificações	228.384		7.470		5.559	241.413
Edificações em terceiros (i)			1.140.294		(5.916)	1.134.378
Benfeitorias em imóveis de terceiros	295.799	599	38.737	(303)	29.315	364.147
Móveis e utensílios	109.851	3.669	20.866	(11.236)	17.005	140.155
Computadores e periféricos	163.139	4.187	21.747	(7.213)	296	182.156
Máquinas e equipamentos	132.029		17.930	(237)	(10.998)	138.724
Equipamentos de atividades físicas	61.854	3.620	22.483	(63)	(7)	87.887
Biblioteca	167.613	2.569	1.409	(63)	(47)	171.481
Instalações	53.920	2	10.960	(41)	105	64.946
Tablets	32.442			(23.133)		9.309
Construções em andamento	14.385	126	62.486	(94)	(35.113)	41.790
Desmobilização	26.951		1.850	(1.330)		27.471
Outros	16.595	132	2.103	(71)	(418)	18.341
	1.322.257	15.396	1.348.335	(43.784)	(219)	2.641.985

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	<u>Taxas de depreciação</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Adições por aquisições</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Depreciação</u>
Depreciação							
Edificações	21,50% a.a.	(63.174)		(4.144)		8	(67.310)
Edificações em terceiros (i)	21,50% a.a.			(164.343)		359	(163.984)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(158.360)		(33.694)	127	194	(191.733)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(58.893)	(2.317)	(10.631)	919	(984)	(71.906)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(133.827)	(880)	(17.833)	6.553	158	(145.829)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(75.059)	(3.646)	(16.577)	175	486	(94.621)
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(22.664)	(893)	(4.494)	35	11	(28.005)
Biblioteca	5% a.a.	(75.523)	(1.549)	(7.372)	62	3	(84.379)
Instalações	8,33% a.a.	(21.854)		(4.101)	14	(29)	(25.970)
Tablets	20% a.a.	(28.510)		(3.514)	23.123		(8.901)
Desmobilização		(16.479)		(1.855)	67		(18.267)
Outros	14,44% a.a.	(6.809)	(73)	(2.048)	59	13	(8.858)
		<u>(661.152)</u>	<u>(9.358)</u>	<u>(270.606)</u>	<u>31.134</u>	<u>219</u>	<u>(909.763)</u>
Saldo residual líquido		<u>661.105</u>	<u>6.038</u>	<u>1.077.729</u>	<u>(12.650)</u>		<u>1.732.222</u>

(i) Determinados bens adquiridos através de financiamento ou arrendamento mercantil (Nota 12) foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

			2019				2020
			Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Custo
Custo							
Arrendamentos financeiros capitalizados			1.227.630	404.704	176.915	(76.722)	1.732.527
			1.227.630	404.704	176.915	(76.722)	1.732.527
	Taxa de depreciação		Depreciação	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação							
Arrendamentos financeiros capitalizados	21,60% a.a.		(243.938)	(71.405)	(222.469)	58.942	(478.870)
			(243.938)	(71.405)	(222.469)	58.942	(478.870)
Saldo contábil líquido			983.692	333.299	(45.554)	(17.780)	1.253.657

O Grupo arrenda diversos direitos de uso, tais como máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos não pertencem ao Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	2020	2019	2020	2019
Em moeda nacional					
Quinta emissão de debêntures (1ª Série)	CDI+0,585% a.a	252.028	254.968	252.028	254.968
Quinta emissão de debêntures (2ª Série)	CDI+0,785% a.a	352.833	357.087	352.833	357.087
Empréstimo Santander	CDI +1,10% a.a	605.805		605.805	
Empréstimo ABC	CDI +3,85% a.a	50.503		50.503	
Empréstimo Safra	CDI +2,80% a.a	200.258		200.258	
Empréstimo FINEP	6% a.a	2.474	3.080	2.474	3.080
Empréstimo Itaú CCB	CDI +2,70% a.a	151.695		151.695	
Empréstimo Bradesco CCB	CDI +2,70% a.a	362.347		362.347	
Empréstimo Banco do Brasil CCB	CDI +1,85% a.a	100.089		100.089	
Notas promissórias Itaú	CDI+2,5% a.a	361.309		361.309	
Empréstimo Citibank	CDI+2,75% a.a	75.825		75.825	
Em moeda estrangeira					
Empréstimo Citibank	Libor +0,62 a.a, +0,64 a.a e +0,69993% a.a	988.584		988.584	
		3.503.750	615.135	3.503.750	615.135
Passivo circulante		390.302	13.586	390.302	13.586
Passivo não circulante		3.113.448	601.549	3.113.448	601.549
		3.503.750	615.135	3.503.750	615.135

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021		137		137
2022	2.612.473	250.338	2.612.473	250.338
2023	325.297	175.378	325.297	175.378
2024	175.553	175.553	175.553	175.553
A partir de 2025	<u>125</u>	<u>143</u>	<u>125</u>	<u>143</u>
Passivo não circulante	<u>3.113.448</u>	<u>601.549</u>	<u>3.113.448</u>	<u>601.549</u>

A Companhia e suas controladas não oferecem nenhum dos seus ativos em garantia aos seus empréstimos.

Os valores dos empréstimos do Grupo são predominantemente em reais, sendo apenas três em dólares norte-americanos (USD).

Em fevereiro de 2019, a Companhia concluiu a quinta emissão de debêntures no valor total de R\$ R\$ 600.000 com vencimento em 15 de fevereiro de 2024 em duas séries, sendo a 1ª série ao custo de 100% do CDI + 0,585% a.a. no montante de principal de R\$ 250.000 com vencimento 15 de fevereiro de 2022 e a 2ª série ao custo de 100% + 0,785% a.a., com a primeira amortização de principal em 15 de fevereiro de 2023 no montante de R\$ 175.000 e a segunda amortização de principal em 15 de fevereiro de 2024 no montante de R\$ 175.000.

Em fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a contratação do 1º empréstimo de uma linha 4131 junto ao Citibank de US\$125.000 mil (convertidos a R\$ 541.675 em cotação equivalente daquela data) com amortização única de principal em 17 de fevereiro de 2022 ao custo de Libor + 0,69993% a.a.

Em fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a contratação do 2º empréstimo de uma linha 4131 junto ao Citibank de US\$40.000 mil (convertidos a R\$ 173.336 em cotação equivalente daquela data) com amortização única de principal em 18 de fevereiro de 2021 ao custo de Libor + 0,62% a.a.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a contratação do 3º empréstimo de uma linha 4131 junto ao Citibank de US\$25.000 mil (convertidos a R\$ 109.537 em cotação equivalente daquela data) com amortização única de principal em 25 de fevereiro de 2022 ao custo de Libor + 0,64% a.a.

Em março de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao Santander no valor de R\$ 500.000 com amortização única de principal em 04 de março de 2022 ao custo de 100% do CDI + 1,095% a.a.

Em março de 2020, a Companhia concluiu a terceira emissão de notas promissória no valor total de R\$ 500.000 em duas séries, sendo a 1ª série ao custo de 100% do CDI + 2,5% a.a. no montante de principal de R\$ 350.000 com vencimento 17 de março de 2022 e a 2ª série ao custo de 100% + 2,5% a.a. no montante de principal de R\$ 150.000, com vencimento 29 de março de 2021.

Em abril de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao Citibank no valor de R\$75.000 com amortização única de principal em 04 de abril de 2022 ao custo de 100% do CDI + 2,75% a.a.

Em abril de 2020, a Companhia concluiu a quarta emissão de notas promissória no valor total de R\$ 350.000 em série única, ao custo de 100% do CDI + 2,7% a.a. com vencimento em 09 de abril de 2021.

Em abril de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao Santander no valor de R\$100.000 com amortização única de principal em 20 de abril de 2021 ao custo de 100% do CDI + 3,69% a.a.

Em abril de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao ABC no valor de R\$50.000 com amortização única de principal em 28 de abril de 2021 ao custo de 100% do CDI + 3,85% a.a.

Em junho de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao Safra no valor de R\$200.000 com amortização única de principal em 09 de junho de 2022 ao custo de 100% do CDI + 2,80% a.a.

Em setembro de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao Itaú no valor de R\$150.000 com amortização única de principal em 04 de abril de 2023 ao custo de 100% do CDI + 2,70% a.a.

Em setembro de 2020, a Companhia liquidou integralmente a segunda série da terceira emissão de Notas Promissórias junto ao Banco Itaú no valor de R\$ 153.133.

Em setembro de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao Bradesco no valor de R\$360.000 com amortização única de principal em 23 de setembro de 2022 ao custo de 100% do CDI + 2,70% a.a.

Em setembro de 2020, a Companhia liquidou integralmente a quarta emissão de Notas Promissórias junto ao Banco Bradesco no valor de R\$ 358.337.

Em dezembro de 2020, a Companhia concluiu a contratação de uma CCB junto ao Banco do Brasil no valor de R\$100.000 com amortização única de principal em 09 de fevereiro de 2022 ao custo de 100% do CDI + 1,85% a.a.

No dia 14 de janeiro de 2021 celebramos um aditamento ao *Credit Agreements* (Op. 4.131) entre a Companhia e o *Citibank* no volume total de 40 milhões de dólares firmado em 14 de fevereiro de 2020 com vencimento dia 18 de fevereiro de 2021. Contrato global de derivativos pela Companhia os quais estabelecem os termos e condições gerais para realização de operações de derivativo, sob a forma de *hedge*, para fins exclusivos de cobertura cambial referente às Operações Financeiras com o registro perante o SISBACEN (módulo RDE/ROF).

A taxa de juros das Operações Financeiras correspondem a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de *spread* de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) com novo vencimento para o dia 19 de janeiro de 2022, calculada desde a data de desembolso da Operação Financeira até a integral liquidação das suas obrigações.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

12 Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos pelos ativos subjacentes.

	Consolidado	
	2020	2019
Arrendamento a pagar	1.970.971	1.526.620
Juros de arrendamento	(619.647)	(490.103)
	1.351.324	1.036.517
Passivo circulante	199.549	156.468
Passivo não circulante	1.151.775	880.049
	1.351.324	1.036.517

O aumento do passivo de arrendamento resulta da adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

Movimentação do ativo e passivo dos arrendamentos no período:

Ativo de direito de uso

	Consolidado		
	Edificações de terceiros	Outros	Total
Ativo de direito de uso em 2019	970.394	13.298	983.692
Adições por aquisições	333.299		333.299
Adições	162.418	14.496	176.914
Baixas	(17.781)		(17.781)
Depreciação	(211.993)	(10.475)	(222.468)
Ativo de direito de uso 2020	1.236.338	17.320	1.253.657

Passivo de arrendamento

	Consolidado		
	Edificações de terceiros	Outros	Total
Passivo de direito de uso em 2019	1.021.766	14.750	1.036.516
Adições por aquisições	354.237		354.237
Adições	165.064	14.496	179.560
Baixas	(18.147)	351	(17.796)
Juros incorridos	114.091	543	114.634
Pagamento de principal	(303.686)	(12.141)	(315.827)
Passivo de direito de uso em 2020	1.333.325	17.999	1.351.324
Circulante	191.782	7.767	199.549
Não circulante	1.141.543	10.232	1.151.775
	1.333.325	17.999	1.351.324

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Ativo de direito de uso

	Consolidado		
	Edificações de terceiros	Outros	Total
Ativo de direito de uso em 2018		34.172	34.172
Adições por aquisições		213	213
Adições	1.134.379	12.393	1.146.772
Baixas		(10.151)	(10.151)
Depreciação	(163.984)	(23.329)	(187.313)
Ativo de direito de uso em 2019	970.395	13.298	983.692

Passivo de arrendamento

	Consolidado		
	Edificações de terceiros	Outros	Total
Passivo de direito de uso em 2018		33.048	33.048
		960	960
Adições	1.134.379	5.316	1.139.695
Baixas		(10.151)	(10.151)
Juros incorridos	92.868	2.349	95.217
Pagamento de principal	(205.481)	(16.774)	(222.255)
Passivo de direito de uso em 2019	1.021.766	14.748	1.036.514
Circulante	150.847	5.461	156.308
Não circulante	870.919	9.286	880.206
	1.021.766	14.748	1.036.514

13 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários, verbas indenizatórias e encargos sociais a pagar	599	651	121.414	103.480
Provisão de férias			80.743	32.952
	599	651	202.157	136.432

14 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ISS a recolher	11	3	26.627	17.317
IRRF a recolher	102	84	41.143	12.973
PIS e COFINS a recolher	16.469	51	23.058	3.723
IOF a recolher			2	
	16.582	138	90.830	34.013
IRPJ a recolher	5.062		11.485	1.615
CSLL a recolher	1.831		4.380	410
	6.893		15.865	2.025
	23.475	138	106.695	36.038

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

15 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2020	2019
IRPJ	1.279	1.992
CSLL	19	27
FGTS	962	1.195
ISS	1	59
PIS	78	85
COFINS	533	623
INSS	9.380	10.546
OUTROS	481	221
	<u>12.733</u>	<u>14.748</u>
Passivo circulante	3.543	3.729
Passivo não circulante	<u>9.190</u>	<u>11.019</u>
	<u>12.733</u>	<u>14.748</u>

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela Selic.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos a longo prazo estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
2021		1.949
2022	2.854	2.538
2023	2.685	2.538
2024	2.119	2.082
2025	494	868
2026 a 2029	<u>1.038</u>	<u>1.044</u>
	<u>9.190</u>	<u>11.019</u>

16 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2020	2019
SÃO LUIS	9.950	9.683
CEUT (i)	3.135	3.375
FUFS	2.379	2.279
UNITOLEDO (ii)	30.038	47.693
ADTALEM (iii)	44.226	
ATHENAS GRUPO EDUCACIONAL (iv)	<u>57.341</u>	
	<u>147.069</u>	<u>63.030</u>
Aquisição de imóveis (v)	<u>813</u>	<u>653</u>
	<u>147.882</u>	<u>63.683</u>
Passivo circulante	57.936	19.142
Passivo não circulante	<u>89.946</u>	<u>44.541</u>
	<u>147.882</u>	<u>63.683</u>

(i) Em janeiro/2020 foi liquidada antecipadamente a parte devida ao antigo sócio.

(ii) Em novembro/2020 foi liquidada uma parcela referente à aquisição da UNITOLEDO.

(iii) Em 18 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu através da controladora SESES a totalidade das quotas da Adtalem Brasil Holding S/A, no qual temos um saldo a pagar pelas empresas adquiridas do grupo no total de R\$ 44.226 em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Em 04 de junho de 2020, a companhia adquiriu através da controladora IREP a totalidade de quotas da Athenas Grupo Educacional (Athenas Serviços Administrativos LTDA., Centro de Educação de Rolim De Moura LTDA., Centro de Educação do Pantanal LTDA.,

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Pimenta Bueno Serviços Educacionais LTDA., União Educacional Meta LTDA., UNIJIPA – União Das Escolas Superiores de Ji-Paraná LTDA, no qual temos a um saldo a pagar de R\$ 57.341 em 31 de dezembro de 2020.

- (v) Saldo referente ao compromisso firmado entre IREP e União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC, referente à diversos imóveis, localizados na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas e imóveis, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IGP-M ou variação do CDI, a depender do contrato.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	2020	2019
2021	32.605	29.939
2022	<u>57.341</u>	<u>14.602</u>
	<u>89.946</u>	<u>44.541</u>

17 Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Contingências	Depósitos judiciais	Contingências	Depósitos judiciais
Cíveis	92.453	39.316	24.073	17.904
Trabalhistas	123.456	48.602	90.960	42.330
Tributárias	<u>30.933</u>	<u>14.770</u>	<u>3.383</u>	<u>15.856</u>
	<u>246.842</u>	<u>102.688</u>	<u>118.416</u>	<u>76.090</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 300 é referente à contingência da controladora, sendo R\$ 50 cível e R\$ 250 tributária (R\$ 306 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$ 107 cível e R\$ 199 tributária) e em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 232 é referente à depósitos judiciais da controladora (R\$ 216 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 2018	20.019	98.453	8.445	126.917
Adições	44.389	42.788	5.518	92.695
Reversões	(9.919)	(11.223)	(5.229)	(26.371)
Baixas por pagamentos	(35.133)	(44.972)	(4.804)	(84.909)
Atualização monetária	<u>4.717</u>	<u>5.914</u>	<u>(547)</u>	<u>10.084</u>
Saldos em 2019	24.073	90.960	3.383	118.416
Adições por aquisição	7.895	14.638	15.077	37.610
Adições	97.685	78.691	17.245	193.621
Reversões	(15.543)	(5.368)	(7.001)	(27.912)
Baixas por pagamentos	(31.825)	(55.811)	(693)	(88.329)
Atualização monetária	<u>10.168</u>	<u>346</u>	<u>2.922</u>	<u>13.436</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Saldos em 2020	92.453	123.456	30.933	246.842
----------------	--------	---------	--------	---------

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	2020	2019
Composição resultado		
Adições	193.621	92.695
Reversões	(27.912)	(26.371)
Atualização monetária	13.436	10.084
Provisão para contingências	179.145	76.408
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(165.717)	(66.324)
Resultado financeiro (Nota 27)	(13.428)	(10.084)
	(179.145)	(76.408)

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, assim como algumas ações envolvendo direito imobiliário.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Imobiliário	35.772
Honorários de Êxito	13.090
Cobrança Indevida	14.838
Reconhecimento e Cancelamento de Curso	3.433
Dano Moral/ Material	7.513
Emissão de Certificado de Conclusão/Diploma e Colação de Grau	4.036
Matrícula	2.452
FIES	3.236
Mensalidade	394
PROUNI	586
Estágio	474
Multa Procon	294
Acesso ao Sistema	121
Outros (i)	6.214
	92.453

(i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso prévio	40.300
Horas extras + supressão inter + intrajornada	18.572
Dano moral / material / assédio moral	3.160
Cota previdenciária	9.047
Honorários	4.958
Desvio de função e equiparação	13.400

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT E CCT / ACT)	5.139
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	2.650
Férias	2.392
Honorários de êxito	4.422
IR / juros e correção monetária	2.414
Outros (i)	17.002
	<u>123.456</u>

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

(c) Tributárias

As demandas tributárias versam principalmente sobre imunidade tributária, escalonamento de contribuições previdenciárias decorrentes da Lei nº 11.096/05, exclusão das bolsas de estudo da base de cálculo de tributos e multas por supostos descumprimentos de obrigações acessórias (regimes especiais de escrituração contábil).

As provisões constituídas para processos de natureza tributária decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
ISS	12.694
Honorários de Êxito	10.731
IRPJ / CSLL / IRRF	4.397
Multas Diversas	856
Contribuição Previdenciária	2.026
Taxas / Tarifa de Esgoto	226
Outros	3
	<u>30.933</u>

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Essas ações não são passíveis de constituição de provisão conforme práticas contábeis em vigor.

	Consolidado	
	2020	2019
Cíveis	279.487	265.875
Trabalhistas	398.831	378.533
Tributárias	673.390	516.177
	<u>1.351.708</u>	<u>1.160.585</u>

Em 24 de abril de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da Controlada Adtalem que possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Essas ações não são passíveis de constituição de provisão conforme práticas contábeis em vigor. O montante aproximado dos processos é de R\$ 39.627 (R\$ 18.326 tributário, R\$ 9.816 trabalhista e R\$ 11.485 cível).

As principais ações classificadas como possíveis podem ser agrupadas da seguinte forma:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Objetos Cíveis	Valores
Imobiliário	136.915
Cobrança Indevida	32.104
FIES	20.888
Dano Moral/ Material	17.920
Emissão de Certificado de Conclusão/Diploma e Colação de Grau	9.395
Matrícula	8.557
Reconhecimento e Cancelamento de Curso	3.550
PROUNI	1.648
Multa Procon	1.583
Mensalidade	610
Acesso ao Sistema	430
Outros (i)	45.887
	279.487

- (i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas, e demais indenizatórias.

Objetos Trabalhistas	Valores
Diferenças Salariais e Rescisórias + Redução de Carga Horária + FGTS + Aviso + Indenização	156.952
Reintegração	66.393
Horas Extras + Supressão Inter + Intra	63.899
Honorários	31.160
Dano Moral/ Material/ Assédio Moral	17.961
Adicionais (Insalubridade/Noturno/Aprimoramento/Tempo De Serviço/Periculosidade)	16.131
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT E CCT/ACT)	9.946
Férias	9.689
Cota Previdenciária	7.688
Desvio de Função e Equiparação	5.623
Retificação CTPS + Rescisão Indireta + Reconhecimento Vínculo	993
Estabilidade	773
Outros (ii)	11.623
	398.831

- (i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Objetos Tributários	Valores
Contr. Previdenciárias / FGTS	337.706
ISS	300.102
IRPJ / CSLL / IRRF	15.620
PIS / COFINS	5.249
Outros	9.839
Multas Diversas	2.627
ICMS Energia Elétrica	116
IPTU / Foro / IPVA	2.131
	673.390

Dentre as principais ações não provisionadas nas informações financeiras, podemos destacar as que envolvem valores superiores a R\$ 10.000:

Contribuição previdenciária:

- (i) Em razão da divergência de entendimento acerca da data inicial do escalonamento de alíquota previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional contra a SESES, visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, nos quais a SESES apresentou petição informando sobre o trânsito em julgado da decisão favorável à tese proferida nos autos da ação ordinária nº 0017945-16.2009.4.02.5101. (1) Na primeira execução fiscal ajuizada sobre o tema, em agosto de 2019, a Fazenda Nacional informou nos autos que os

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

débitos em cobrança serão retificados para abarcar o racional da decisão favorável à YDUQS transitada em julgado. Em outubro de 2019 foi anexado ofício da DEMAC por meio do qual informa já ter procedido às retificações dos DEBCAD's, após apuração, por meio do dossiê instaurado perante a RFB, dos efeitos decorrentes do trânsito em julgado. Foi protocolada manifestação da SESES requerendo o levantamento dos valores proporcionais depositados em conta judicial. Em julho de 2020 foi proferida decisão em uma das Execuções Fiscais deferindo o pedido formulado pela SESES para o levantamento do montante excedente depositado judicialmente, no valor de R\$5.027. Em agosto de 2020, foi proferido despacho determinando seja oficiada a CEF para que realize a transferência do valor já corrigido de R\$ 5.040. Em 23 de setembro de 2020, foi proferida sentença parcialmente procedente à SESES nos autos dos Embargos à Execução Fiscal, para reconhecer o pagamento parcial dos débitos insertos nas CDAs nº 40.028.226-7, 40.028.231-3, 40.028.230-5 e 40.028.232-1, já que o escalonamento se iniciou a partir da transformação societária da SESES, aplicando a alíquota inicial de 20% a partir de 2007 e não a partir de 2005, ano de publicação da Lei nº 11.096/2005, como entende o Fisco, mas manteve a parte de contribuição previdenciária de segurados, o que afasta a discussão do art. 13 da Lei nº 11.096/2005. Em outubro de 2020, foi interposta apelação pela SESES, em face da sentença. Aguarda-se julgamento da apelação nos autos dos Embargos à Execução Fiscal. (2) Em outra execução fiscal ajuizada sobre o tema, após a garantia do juízo, em 22 de janeiro de 2018, foi proferida sentença que julgou procedente em parte o pedido da SESES para desconstituir a CDA nº 39.808.401-7 (já que o escalonamento se iniciou a partir da transformação societária da SESES, aplicando a alíquota inicial de 20% a partir de 2007 e não a partir de 2005, ano de publicação da Lei nº 11.096/2005, como entende o Fisco) mas manteve a CDA nº 39.838.008-2, tendo em vista que se trata de contribuição previdenciária de segurados (o que afasta a discussão do art. 13 da Lei nº 11.096/2005). Em fevereiro de 2018, foi interposta apelação pela SESES, pelo que se aguarda julgamento pelo TRF. (3) Por fim, na última execução fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional sobre o mesmo tema, após garantia do juízo, aguarda-se conclusão da perícia nos autos dos embargos à execução fiscal. Com a redução do valor envolvido determinado nas sentenças acima reportadas, o valor total envolvido passou a ser R\$ 42.237.

- (ii) Autos de infração contra a SESES em função do suposto descumprimento de obrigação tributária principal referente ao período de 02/2007 a 12/2007. A empresa interpôs recurso requerendo a anulação dos autos de infração ante a sua manifesta improcedência, o qual foi julgado parcialmente procedente, para considerar o percentual das contribuições patronais à razão de 20%, a partir do mês em que a Empresa migrou do regime econômico de entidade beneficente para sociedade empresária. Em janeiro de 2018, a Empresa ajuizou a ação anulatória para questionamento do débito remanescente, e sua respectiva tutela provisória foi deferida. Em fevereiro de 2018, a Fazenda Nacional ajuizou Execução Fiscal para cobrança do respectivo débito e a ação anulatória foi julgada extinta sem resolução do mérito por perda do objeto em virtude do ajuizamento da Execução Fiscal. Em maio de 2018, a SESES opôs Embargos à Execução Fiscal, a Fazenda Nacional apresentou sua impugnação e a SESES se manifestou em réplica. Atualmente, aguarda-se o julgamento de 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 23.105.

ISS - Imposto sobre serviços:

- (i) Em razão da Execução Fiscal distribuída pelo Município de Niterói, decorrente de lavratura de auto de infração, ocorrida em setembro de 2009, cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 e janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foram apresentados os nossos embargos à execução em setembro de 2013. Foi realizada perícia com laudo favorável à empresa. Todavia, o Município de Niterói contestou o laudo pericial, requerendo a sua nulidade sob fundamento de não ter sido intimada sobre a data agendada e local da realização da mesma. O pedido foi deferido e na segunda diligência pericial, efetivada em novembro de 2019, o Perito do Juízo novamente concluiu que a escrita contábil da SESES, no período da controvérsia, estava perfeitamente adequada às exigências legais. Foi protocolada nova manifestação da SESES sobre o novo laudo pericial. Aguarda-se julgamento em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 39.485.
- (ii) Em agosto de 2018 foi recebida Execução Fiscal, em nome da Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA (STB), incorporada pela IREP em 06/2010, decorrente de ausência de pagamento de ISS no período de 2007 a 02/2011. O lançamento teve origem em diligência decorrente de processo de baixa de atividade dos

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

estabelecimentos da matriz e filial da STB. Em outubro de 2018 foram apresentados Embargos à Execução. Em dezembro de 2019 o Município apresentou sua impugnação. Em março de 2020 os autos foram remetidos à conclusão, tendo sido proferido despacho em junho de 2020 intimando a IREP a se manifestar acerca da impugnação do Município. Em junho de 2020 foi protocolada a manifestação da IREP. Aguarda-se julgamento em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 19.816.

- (iii) Ação Anulatória proposta pela SESES em face do Município de Vila Velha, com vistas ao cancelamento de débitos de ISS, decorrentes da acusação de que teriam sido recolhidos ou retidos a menor no período de 2006 e 2013. A defesa está apoiada nos seguintes argumentos (i) prescrição parcial; (ii) nulidade material; e (iii) erro na fixação da base de cálculo do ISS, tendo em vista que foram considerados valores correspondentes a bolsas de estudo concedidas e matrículas canceladas. No momento, aguarda-se a conclusão da prova pericial, que tem por objeto a comprovação do item (iii). O valor total envolvido é de R\$ 16.246.
- (iv) O Município de Salvador ajuizou Execução Fiscal referente a supostos créditos tributários de ISS dos períodos de apuração de 07/2012 a 11/2013, em razão de divergências quanto à fixação da base de cálculo do imposto (dedutibilidade de bolsas de estudo da base de cálculo do ISS). Foram opostos Embargos à Execução com pedido de realização de perícia contábil. Após nomeação do perito contábil e indicação dos respectivos assistentes técnicos. Em junho de 2020 foi quitada a última parcela dos honorários periciais. Aguarda-se a realização da perícia. O valor total envolvido é de R\$ 11.727.

18 Patrimônio Líquido
(a) Capital Social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é representado por 309.088.851 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2020	%	2019	%
Administradores e conselheiros	819.094	0,3	485.994	0,2
Tesouraria	7.808.219	2,5	8.428.182	2,7
Outros (i)	300.461.538	97,2	300.174.675	97,1
	<u>309.088.851</u>	<u>100</u>	<u>309.088.851</u>	<u>100</u>

(i) Free float

(b) Movimentação das ações do capital

Não houve movimentação nas ações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) Ações em tesouraria

	Quantidade	Custo médio	Saldo
Ações em tesouraria em 2019	8.428.182	23,02	194.031
Pagamento de SOP com ações em tesouraria (Nota 18 d.3)	(619.963)	23,02	(14.272)
Ações em tesouraria em 2020	<u>7.808.219</u>	<u>23,02</u>	<u>179.759</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 de 2019 é composto da seguinte forma:

	Controladora	
	2020	2019
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	<u>498.899</u>	<u>498.899</u>
	<u>595.464</u>	<u>595.464</u>

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	2020
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	<u>522.204</u>
Ágio na emissão de ações	<u>498.899</u>

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a reserva de capital para opções de ações outorgadas, conforme mencionado na Nota 20. Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*) até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) Ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria

O ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria refere-se à diferença entre o preço da aquisição que a Companhia pagou pelas ações e o valor de alienação pela utilização das ações para pagamento do programa de opções outorgadas.

O deságio com alienação das ações em tesouraria está representado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Quantidade de ações	Alienação	Valor pago	Deságio
Deságio em 2019	2.603.184	43.709	32.871	10.838
Pagamento SOP em 2020	<u>121.799</u>	<u>2.804</u>	<u>1.979</u>	<u>825</u>
Deságio em 2020	<u>2.724.983</u>	<u>46.513</u>	<u>34.850</u>	<u>11.663</u>

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 460.375 a Reserva de Retenção de Lucros referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorias em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020.

(e.3) Excesso de reserva de lucros

De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 2020 foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019 no montante de R\$ 153.426 (Em 2019 foram pagos R\$ 153.157 relativos ao exercício de 2018).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício da controladora	98.181	646.140
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(4.909)	(32.307)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	93.272	613.833
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	23.318	153.458
Dividendos adicionais propostos	<u>118.423</u>	
Quantidade de ações em 31 de dezembro	309.088.851	309.088.851
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	<u>(7.808.219)</u>	<u>(8.428.182)</u>
Dividendo por ação em circulação - em reais	<u>0,0774</u>	<u>0,5104</u>
Dividendos adicionais por ação em circulação - em reais	<u>0,3931</u>	

O Conselho de Administração decidiu destinar dividendo adicional em relação ao dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 118.423, que serão submetidos a aprovação da Assembleia Geral Ordinária para apreciação e aprovação em 2021.

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Embora a operação com derivativo tenha o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição ao risco cambial, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, a operação de *Swap* que em 31 de dezembro de 2020 apresentou um valor justo positivo em R\$ 154.099 em contrapartida ao resultado.

Abaixo as informações relacionadas aos instrumentos financeiros de derivativos mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, registrados a valor justo com efeito no resultado:

							Valor de Mercado (R\$ M)		
Contratos de Swap	Principal Contratado (USD)	Principal Contratado	YDUQS Recebe	YDUQS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Ativo	Passivo	Resultado Bruto
Citibank	40.000.000	173.336.000	Libor + 0,62% a.a.	CDI + 0,60%	18/fev/20	18/fev/21	208.113	173.848	34.265
Citibank	125.000.000	541.675.000	Libor + 0,6993% a.a.	CDI + 0,70%	18/fev/20	17/fev/22	650.427	543.341	107.086
Citibank	25.000.000	109.537.500	Libor + 0,64% a.a.	CDI + 0,70%	27/fev/20	25/fev/22	130.044	109.796	20.248
Total							988.584	826.985	161.599

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

19.1 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

Consolidado

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Nível 2		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	1.604.869	596.861
	<u>1.604.869</u>	<u>596.861</u>

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

19.2 Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no reingresso do próximo semestre letivo.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agências de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* ou *Moody's*. Para caso de dois ou mais *ratings*, será considerado o *rating* da maioria. Em casos de *rating* distintos, a Companhia utiliza o maior *rating* como base.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, em função dos seus ativos e passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional. Entretanto, como a Companhia possui um contrato de *Swap* para as linhas 4131, a exposição ao risco cambial não existe.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019 conforme demonstrado na Nota 11.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 2020				
Fornecedores	251.229			
Empréstimos	390.302	416.646	2.573.734	514.118
Obrigações com arrendamento financeiro	199.549	381.125	293.694	838.813
Preço de aquisição a pagar	57.936	34.489	60.550	
Em 2019				
Fornecedores	126.651			
Empréstimos	13.586	30.893	644.181	51
Obrigações com arrendamento financeiro	156.468	293.331	223.903	526.527
Preço de aquisição a pagar	19.142	31.639	16.394	

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2020 (1,90% a.a.), utilizou-se esta taxa

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%, cenários II e III respectivamente.

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI

Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 1.604.869	CDI	1,90% 30.493	2,38% 38.116	2,85% 45.739
Debêntures V - 1ª T R\$ 252.310	CDI + 0,585%	2,50% R\$ 6.298	2,97% R\$ 7.503	3,45% R\$ 8.709
Debêntures V - 2ª T R\$ 353.495	CDI + 0,79%	2,70% R\$ 9.544	3,18% R\$ 11.236	3,66% R\$ 12.929
Citibank (125MM USD) R\$ 543.341	CDI + 0,70%	2,61% R\$ 14.199	3,09% R\$ 16.798	3,57% R\$ 19.397
Citibank (40MM USD) R\$ 173.848	CDI + 0,60%	2,51% R\$ 4.366	2,99% R\$ 5.197	3,47% R\$ 6.027
Citibank (25MM USD) R\$ 109.796	CDI + 0,70%	2,61% R\$ 2.869	3,09% R\$ 3.394	3,57% R\$ 3.920
CCB - Santander - 500MM R\$ 504.739	CDI + 1,10%	3,02% R\$ 15.222	3,50% R\$ 17.646	3,98% R\$ 20.069
3ª NP - Itaú - 1ª série R\$ 362.903	CDI + 2,50%	4,45% R\$ 16.141	4,93% R\$ 17.907	5,42% R\$ 19.674
CCB - Itaú R\$ 152.263	CDI + 2,70%	4,65% R\$ 7.082	5,14% R\$ 7.825	5,63% R\$ 8.568
CCB - Citibank R\$ 75.825	CDI + 2,75%	4,70% R\$ 3.565	5,19% R\$ 3.936	5,68% R\$ 4.306
CCB - Bradesco R\$ 364.312	CDI + 2,70%	4,65% R\$ 16.946	5,14% R\$ 18.723	5,63% R\$ 20.499
CCB - Santander - 100MM R\$ 101.098	CDI + 3,69%	5,66% R\$ 5.722	6,15% R\$ 6.220	6,65% R\$ 6.718
CCB - ABC R\$ 50.503	CDI + 3,85%	5,82% R\$ 2.941	6,32% R\$ 3.190	6,81% R\$ 3.439
CCB - Safra R\$ 200.258	CDI + 2,80%	4,75% R\$ 9.519	5,24% R\$ 10.497	5,73% R\$ 11.474
CCB - BB R\$ 100.089	CDI + 1,85%	3,79% R\$ 3.788	4,27% R\$ 4.273	4,75% R\$ 4.757

Posição Líquida	R\$	(87.707)	R\$	(96.228)	R\$	(104.748)
------------------------	------------	-----------------	------------	-----------------	------------	------------------

Cenário queda do CDI

Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
------------------	--------------	-----------------------------	---------------------	----------------------

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Aplicações financeiras R\$ 1.604.869	CDI	1,90%	1,43%	0,95%
		R\$ 30.493	R\$ 22.869	R\$ 15.246
Debêntures V - 1ª T R\$ 252.310	CDI + 0,585%	2,50%	2,02%	1,54%
		R\$ 6.298	R\$ 5.092	R\$ 3.887
Debêntures V - 2ª T R\$ 353.495	CDI + 0,79%	2,70%	2,22%	1,74%
		R\$ 9.544	R\$ 7.852	R\$ 6.160
Citibank (125MM USD) R\$ 543.341	CDI + 0,70%	2,61%	2,13%	1,66%
		R\$ 14.199	R\$ 11.600	R\$ 9.001
Citibank (40MM USD) R\$ 173.848	CDI + 0,60%	2,51%	2,03%	1,56%
		R\$ 4.366	R\$ 3.535	R\$ 2.705
Citibank (25MM USD) R\$ 109.796	CDI + 0,70%	2,61%	2,13%	1,66%
		R\$ 2.869	R\$ 2.344	R\$ 1.819
CCB - Santander - 500MM R\$ 504.739	CDI + 1,10%	3,02%	2,54%	2,06%
		R\$ 15.223	R\$ 12.799	R\$ 10.374
3ª NP - Itaú - 1ª série R\$ 362.903	CDI + 2,500%	4,45%	3,96%	3,47%
		R\$ 16.140	R\$ 14.373	R\$ 12.606
CCB - Itaú R\$ 152.263	CDI + 2,70%	4,65%	4,16%	3,68%
		R\$ 7.082	R\$ 6.339	R\$ 5.597
CCB - Citibank R\$ 75.825	CDI + 2,750%	4,70%	4,21%	3,73%
		R\$ 3.565	R\$ 3.195	R\$ 2.825
CCB - Bradesco R\$ 364.312	CDI + 2,70%	4,65%	4,16%	3,68%
		R\$ 16.946	R\$ 15.169	R\$ 13.390
CCB - Santander - 100MM R\$ 101.098	CDI + 3,690%	5,66%	5,17%	4,68%
		R\$ 5.722	R\$ 5.224	R\$ 4.726
CCB - ABC R\$ 50.503	CDI + 3,85%	5,82%	5,33%	4,84%
		R\$ 2.941	R\$ 2.692	R\$ 2.443
CCB - Safra R\$ 200.258	CDI + 2,800%	4,75%	4,26%	3,78%
		R\$ 9.519	R\$ 8.541	R\$ 7.563
CCB - BB R\$ 100.089	CDI + 1,85%	3,79%	4,27%	4,75%
		R\$ 3.788	R\$ 4.273	R\$ 4.757
Posição Líquida		R\$ (87.707)	R\$ (80.127)	R\$ (72.608)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio.

A análise de sensibilidade relacionada ao risco cambial refere-se à posição em 31 de dezembro de 2020, e busca simular de que forma um stress na taxa de câmbio poderia afetar a Companhia.

Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco. Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2020 divulgada no último Relatório Focus - BACEN anterior ao fechamento do período. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques na taxa de câmbio. Optou-se por manter a ponta ativa do Swap separada da ponta passiva com intuito de deixar o efeito do derivativo mais evidente.

Operações	Risco	Cenário elevação dólar		
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Swap - Ponta Ativa 988.854	Taxa de cambio	5,17 983.505	6,46 1.229.381	7,76 1.475.257
Dívida em USD 190.000	Taxa de cambio	5,17 (822.736)	6,46 (1.028.421)	7,76 (1.234.105)
Posição líquida		<u>160.768</u>	<u>200.960</u>	<u>241.152</u>

(f) Gestão de Capital

A dívida da Companhia em relação ao Patrimônio Líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	3.503.750	615.135
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(28.407)	(12.251)
(-) Instrumentos financeiros - SWAP (Nota 19)	<u>(161.599)</u>	<u></u>
Dívida líquida	3.313.744	602.884
Patrimônio líquido	<u>3.204.969</u>	<u>3.102.352</u>
Dívida líquida sobre patrimônio	<u>1,03</u>	<u>0,19</u>

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

20 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2020	2019
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Responsabilidade civil	17.700	10.000
Seguro patrimonial (i)	124.506	130.406
Vida em grupo	975.446	729.382
(i) Corresponde a prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matérias-primas.		

21 Remuneração dos administradores

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 28.538 e R\$ 22.592, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21 (b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

Até 31 de dezembro de 2019 foram criados onze programas de opção de aquisição de ações, dos quais seis programas não contem estoque de ações a exercer (programas do 1º ao 5º e 9º), todos os outros programas (6º ao 8º, 10º e 11º) apesar de encerrados, ainda contem estoque de ações a exercer.

Para os programas descritos abaixo, a Companhia utiliza para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,12 (quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 25 de abril de 2017 com o encerramento do 10º Programa foi aprovada a criação do 11º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 14,18 (quatorze reais e dezoito centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 25 de abril de 2017, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2020 o número de opções outorgadas, que foram exercidas acumuladas de todos os programas foi de 13.359.572 ações (R\$ 115.461), sendo 11.218.904 ações de programas encerrados e 2.140.668 ações de programas ativos. O total de ações outorgadas, subtraído das ações prescritas é de 16.903.402 ações (R\$ 156.942), sendo 12.042.223 ações de programas encerrados e 4.861.179 ações de programas ativos.

Programas de opções outorgadas com saldo de ações a consumir:

Programas	Outorgadas	Opções Prescritas	Opções Abandonadas	Emitidas	Saldo de ações
6P	5.090.000	2.247.000	1.919.419	866.214	57.367
7P	889.000	379.200	331.174	97.526	81.100
8P	983.000	463.400	50.127	458.813	10.660
10P	1.105.779	554.000	107.779	419.000	25.000
11P	991.010	554.010	20.255	299.115	117.630
Total Geral	9.058.789	4.197.610	2.428.754	2.140.668	291.757

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	<u>Ações exercidas</u>
31 de dezembro de 2018	12.842.762
31 de março de 2019	12.901.362
30 de junho de 2019	13.181.276
30 de setembro de 2019	13.203.276
31 de dezembro de 2019	13.208.276
31 de março de 2020	13.229.276
30 de junho de 2020	13.229.276
30 de setembro de 2020	13.359.572
31 de dezembro de 2020	13.359.572

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Binomial* são descritas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Opções Outorgadas	Preço do Ativo Base	Expectativa de Volatilidade anual	Distribuição de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada da Opção (anos)	Fair value	Quantidade Prescrita
11ª Programa Abr17	23/04/2018	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,14	13.500
11ª Programa Abr17	23/04/2019	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,84	86.000
11ª Programa Abr17	23/04/2020	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	0	7,41	132.500
11ª Programa Abr17	23/04/2021	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	0	7,86	132.500
11ª Programa Abr17	23/04/2022	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	0	8,26	132.500
11ª Programa Abr17 Cons.	23/04/2018	23/04/2028	25.505	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,14	25.505
11ª Programa Abr17 Cons.	23/04/2019	23/04/2028	25.505	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,84	25.505
10ª Programa Jul16	15/04/2017	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	0	6,89	2.000
10ª Programa Jul16	15/04/2018	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	0	7,89	33.000
10ª Programa Jul16	15/04/2019	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	0	8,61	153.000
10ª Programa Jul16	15/04/2020	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	0	9,18	183.000
10ª Programa Jul16	15/04/2021	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	0	9,64	183.000
10ª Programa Jul16 Cons.	15/04/2017	19/07/2026	32.890	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	0	6,89	0
10ª Programa Jul16 Cons.	15/04/2018	19/07/2026	32.889	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	0	7,89	0
9ª Programa Abr16	15/04/2017	15/04/2027	80.000	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	0	6,02	20.000
9ª Programa Abr16	15/04/2018	15/04/2027	80.000	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	0	6,66	20.000
9ª Programa Abr16	15/04/2019	15/04/2027	80.000	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	0	7,14	80.000
9ª Programa Abr16	15/04/2020	15/04/2027	80.000	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	0	7,52	80.000
9ª Programa Abr16	15/04/2021	15/04/2027	80.000	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	0	7,83	80.000
9ª Programa Abr16 Cons.	15/04/2017	01/05/2019	450.000	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	0	3,17	100.000
9ª Programa Abr16 Cons.	15/04/2018	01/05/2020	450.000	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	0	4,43	100.000
8ª Programa	15/04/2016	15/04/2026	196.600	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	0	5,45	2.000
8ª Programa	15/04/2017	15/04/2027	196.600	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	0	6,42	56.800
8ª Programa	15/04/2018	15/04/2028	196.600	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	0	7,2	81.200
8ª Programa	15/04/2019	15/04/2029	196.600	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	0	7,88	150.200
8ª Programa	15/04/2020	15/04/2030	196.600	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	0	8,47	173.200
Programa 7ª Out14	15/04/2015	15/04/2025	177.800	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	0	8,58	16.000
Programa 7ª Out14	15/04/2016	15/04/2026	177.800	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	0	9,71	37.000
Programa 7ª Out14	15/04/2017	15/04/2027	177.800	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	0	10,64	86.000
Programa 7ª Out14	15/04/2018	15/04/2028	177.800	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	0	11,47	104.400
Programa 7ª Out14	15/04/2019	15/04/2029	177.800	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	0	12,24	135.800
Programa 6ª Ago14	15/04/2015	15/04/2025	60.000	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	0	14,48	0
Programa 6ª Ago14	15/04/2016	15/04/2026	60.000	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	0	15,1	28.000
Programa 6ª Ago14	15/04/2017	15/04/2027	60.000	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	0	15,74	28.000
Programa 6ª Ago14	15/04/2018	15/04/2028	60.000	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	0	16,38	28.000
Programa 6ª Ago14	15/04/2019	15/04/2029	60.000	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	0	16,98	44.000
Programa 6ª Ago14 Cons.	15/04/2015	01/08/2024	50.000	R\$ 29,16	28,80%	0,00%	11,99%	0	14,43	0
Programa 6ª Ago14 Cons.	15/04/2016	01/08/2024	50.000	R\$ 29,16	28,80%	0,00%	11,99%	0	15,02	0
Programa 6ª Jul14	15/04/2015	15/04/2025	608.000	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	0	15,13	0
Programa 6ª Jul14	15/04/2016	15/04/2026	608.000	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	0	15,76	80.000
Programa 6ª Jul14	15/04/2017	15/04/2027	608.000	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	0	16,41	602.000
Programa 6ª Jul14	15/04/2018	15/04/2028	608.000	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	0	17,05	608.000
Programa 6ª Jul14	15/04/2019	15/04/2029	608.000	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	0	17,65	608.000
Programa 6ª Jul14 Cons.	15/04/2015	04/07/2024	162.500	R\$ 29,94	28,80%	0,00%	11,99%	0	15,09	0
Programa 6ª Jul14 Cons.	15/04/2016	04/07/2024	162.500	R\$ 29,94	28,80%	0,00%	11,99%	0	15,69	0
Programa 6ª out13	15/04/2014	15/04/2024	265.000	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	0	5,05	5.000
Programa 6ª out13	15/04/2015	15/04/2025	265.000	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	0	5,79	5.000
Programa 6ª out13	15/04/2016	15/04/2026	265.000	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	0	6,4	19.000
Programa 6ª out13	15/04/2017	15/04/2027	265.000	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	0	6,94	88.000
Programa 6ª out13	15/04/2018	15/04/2028	265.000	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	0	7,43	104.000
Programa 5ª 3	15/04/2014	15/04/2024	144.000	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	0	6,37	0
Programa 5ª 3	15/04/2015	15/04/2025	144.000	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	0	7,02	21.000
Programa 5ª 3	15/04/2016	15/04/2026	144.000	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	0	7,6	102.000
Programa 5ª 3	15/04/2017	15/04/2027	144.000	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	0	8,11	102.000
Programa 5ª 3	15/04/2018	15/04/2028	144.000	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	0	8,58	123.000
Programa 4ª jan/13	15/04/2014	15/04/2024	160.200	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	0	8,23	7.200
Programa 4ª jan/13	15/04/2015	15/04/2025	160.200	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	0	8,35	7.200
Programa 4ª jan/13	15/04/2016	15/04/2026	160.200	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	0	8,48	7.200
Programa 4ª jan/13	15/04/2017	15/04/2027	160.200	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	0	8,62	88.200
Programa 4ª jan/13	15/04/2018	15/04/2028	160.200	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	0	8,75	94.200

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10 (R1), os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece trimestralmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, em despesas gerais e administrativas na rubrica pessoal e encargos sociais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecida uma reversão de R\$ 270 (R\$ 961 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). O valor da provisão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 74.966 (R\$ 74.966 em 31 de dezembro de 2019).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	2020		2019	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	13,88	149.000	13,81	300.000
Concedidas	17,82	21.000	14,35	83.000
Exercidas	15,55	26.000	0,00	0,00

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Prescritas	14,59	64.000	14,35	68.000
	<u>13,10</u>	<u>38.000</u>	<u>13,81</u>	<u>149.000</u>

Conselho de administração

	2020		2019	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	10,13	65.779	10,13	65.779
Abandonadas	10,13	65.779	0,00	0,00
	<u>10,13</u>	<u>0</u>	<u>10,13</u>	<u>65.779</u>

(c) Programa Performance Share

Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa.

O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A. nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (*vesting*) ocorrendo anualmente.

Excepcionalmente, com relação ao 1º Programa, aprovado pelo Conselho de Administração em 2018, o período de carência (*vesting*) para os primeiros 20% de ações restritas outorgadas se encerrou em 15 de abril de 2019, com a entrega das respectivas ações restritas aos beneficiários em até 30 dias após o fim do período de carência (*vesting*), de modo que o período de carência (*vesting*) para cada um dos demais lotes de 20% se encerrará em 15 de abril de cada ano, com a entrega das respectivas ações restritas no mesmo período máximo de 30 dias.

Para o Plano de Outorga de Ações Restritas, o valor da provisão do programa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 26.047 (R\$ 15.603 em 31 de dezembro de 2019). O valor da provisão acumulada em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 29.009 (R\$ 14.429 em 31 de dezembro de 2019). No 2º trimestre houve uma reversão de R\$ 1.808 na provisão referente ao pagamento dos encargos trabalhistas da 1ª *tranche* de ações que foram vestidas em 15 de abril de 2019.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, o número de ações outorgadas que foram entregues foi de 924.465 ações, sendo o total de ações outorgadas de 6.277.100 ações.

Programas	Outorgadas	Ações adicionais dividendos	Ações adicionais performance	Ações entregues	Unvested	Canceladas	Prescritas
1P	1.395.500	77.104	40.825	409.712	465.974	48.543	589.200
1P - Cons.	130.000	9.441		139.441			
1P - Esp.	300.000	22.376	16.158	117.812	215.432	5.289	
2P	879.000		41.500	207.500	582.000		131.000
2P - Cons.	98.000				98.000		
2P - Esp.	100.000		5.000	25.000	80.000		
3P	630.000				550.000		80.000
3P - Esp.	200.000				200.000		
4P	100.000		5.000	25.000	80.000		
5P	80.000				80.000		
6P	1.359.600				1.280.600		79.000
7P	445.000				415.000		30.000
8P	460.000				460.000		
9P	100.000				100.000		
Total Geral	6.277.100	108.921	108.483	924.465	4.607.006	53.832	909.200

22 Resultado por ações

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ações - básico

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício	98.181	646.140
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	301.064	300.452
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	<u>0,32611</u>	<u>2,15056</u>

(b) Resultado por ações - diluído

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício	98.181	646.140
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	301.064	300.452
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>225</u>	<u>180</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>301.289</u>	<u>300.632</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	<u>0,32587</u>	<u>2,14927</u>

23 Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	2020	2019
Receita bruta presencial	5.710.168	4.953.210
Receita bruta EAD	<u>1.993.292</u>	<u>1.231.745</u>
	<u>7.703.460</u>	<u>6.184.955</u>
Deduções da receita bruta	(3.849.723)	(2.619.919)

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Gratuidades - bolsas de estudo (i)	(3.488.743)	(2.419.850)
Devolução de mensalidades e taxas	(22.390)	(19.112)
Descontos concedidos (ii)	(145.291)	(1.204)
Impostos	(153.526)	(139.673)
Ajuste a valor presente – PAR/ DIS	7.910	17.293
FGEDUC	(37.449)	(42.989)
Outros	(10.234)	(14.384)
	<u>3.853.737</u>	<u>3.565.036</u>

(i) Refere-se a provisão constituída do programa “Estácio com Você” e decisões judiciais no montante de R\$ 217,9 (Nota 1.6 (i)).

(ii) Refere-se ao desconto de pontualidade da controlada Adtalem.

24 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2020	2019
Pessoal e encargos sociais	(1.108.098)	(1.069.029)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(31.509)	(41.588)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(62.260)	(39.311)
Correios e Malotes	(1.103)	(1.826)
Depreciação e amortização	(373.313)	(262.923)
Material didático	(9.546)	(7.381)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(46.877)	(54.965)
Outros	(112.207)	(43.695)
	<u>(1.744.913)</u>	<u>(1.520.718)</u>

Os custos com pessoal e encargos sociais incluem aproximadamente R\$ 44.328 em 2020 relativo a verbas indenizatórias por rescisões contratuais (R\$ 72.978 em 2019).

25 Despesas comerciais, gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas comerciais				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 4)			(535.278)	(308.135)
Publicidade			(254.515)	(195.888)
Vendas e marketing			(70.494)	(67.243)
Outras			493	(373)
			<u>(859.794)</u>	<u>(571.639)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e encargos sociais	(7.006)	(5.452)	(255.875)	(177.398)
Serviços de terceiros	(5.277)	(3.431)	(145.117)	(104.051)
Material de consumo			(2.137)	(2.119)
Manutenção e reparos	(116)	(165)	(71.246)	(48.525)
Depreciação e amortização	(48)	(54)	(165.622)	(98.026)
Convênios educacionais		(1)	(20.618)	(17.312)
Viagens e estadias	(6)	(64)	(4.923)	(9.752)
Eventos institucionais			(518)	(2.545)
Provisão para contingências (Nota 17)	50	(162)	(165.717)	(66.324)
Cópias e encadernações			(3.247)	(4.485)
Seguros	(7.952)	(7.835)	(10.171)	(9.030)
Material de limpeza			(3.925)	(3.308)
Condução e transporte	(2)	(1)	(2.758)	(4.627)
Aluguel de veículo			(2.712)	(4.004)
Outras	(221)	(258)	(40.458)	(35.559)
	<u>(20.578)</u>	<u>(17.423)</u>	<u>(895.044)</u>	<u>(587.065)</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

26 Outras receitas/despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas com convênios	3.021	953	3.021	953
Receitas de aluguéis			4.053	11.422
Ganho (perda) de capital no imobilizado			1.526	(528)
Intermediação de negócios			972	2.039
Provisão para perda outras receitas			(7.426)	(80)
Outras receitas (despesas) operacionais	6	423	247	598
	<u>3.027</u>	<u>1.376</u>	<u>2.393</u>	<u>14.404</u>

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso			42.484	30.220
Rendimentos de aplicações financeiras	(1.806)	12.085	18.982	46.718
Valor justo dos derivativos (SWAP) (ii)	154.099		154.099	
Atualização de créditos fiscais	492	1.143	4.224	10.073
Atualização PAR			3.412	4.619
Atualização DIS			4.410	4.995
Outras			18.378	2.516
	<u>152.785</u>	<u>13.228</u>	<u>245.989</u>	<u>99.141</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(557)	(493)	(11.768)	(33.804)
Juros e encargos financeiros	(80.614)	(46.111)	(115.134)	(79.951)
Atualização da provisão para contingências (Nota 17)	(45)	(18)	(13.428)	(10.084)
Descontos financeiros (i)			(111.476)	(111.817)
Variação monetária passiva			(9.167)	(2.151)
Juros e variação cambial sobre empréstimos (SWAP) (ii)	(205.148)		(205.148)	
Gastos com empréstimos	(5.088)	(1.410)	(5.088)	(1.410)
Juros de arrendamento - Direito de uso			(113.853)	(93.401)
Outras	(256)	(706)	(12.341)	(8.613)
	<u>(291.708)</u>	<u>(48.738)</u>	<u>(597.403)</u>	<u>(341.231)</u>

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

(ii) Refere-se aos empréstimos captados em moeda estrangeira e os derivativos contratados para proteger a Companhia da exposição cambial.

28 Resultado por segmento de negócios

	Presencial		EAD		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta	5.710.168	4.953.210	1.993.292	1.231.745	7.703.460	6.184.955
(-) Deduções da receita bruta	(2.860.436)	(2.082.810)	(989.287)	(537.109)	(3.849.723)	(2.619.919)
Receita operacional líquida	<u>2.849.732</u>	<u>2.870.400</u>	<u>1.004.005</u>	<u>694.636</u>	<u>3.853.737</u>	<u>3.565.036</u>
Custos dos serviços prestados	(1.563.817)	(1.429.238)	(181.096)	(91.480)	(1.744.913)	(1.520.718)
Pessoal	(1.046.835)	(1.021.836)	(61.263)	(47.193)	(1.108.098)	(1.069.029)
Aluguéis, condomínio e IPTU	(61.935)	(39.319)	(325)	8	(62.260)	(39.311)
Material didático	(9.950)	(8.883)	(699)	(324)	(10.649)	(9.207)
Serviços de terceiros e outros	(79.852)	(96.991)	(110.741)	(43.257)	(190.593)	(140.248)
Depreciação	(365.245)	(262.209)	(8.068)	(714)	(373.313)	(262.923)
Resultado bruto	<u>1.285.915</u>	<u>1.441.162</u>	<u>822.909</u>	<u>603.156</u>	<u>2.108.824</u>	<u>2.044.318</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

29 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.171	645.943	4.965	657.928
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(34.738)	(219.621)	(1.688)	(223.696)
Equivalência patrimonial	87.940	237.150		
Ágio			9.765	
Despesas não dedutíveis (i)			(1.756)	(4.824)
Juros sobre capital próprio	(60.180)			
Prejuízo fiscal não constituído	2.964	(17.332)	(5.631)	(20.227)
Outras	24		323	3.135
	(3.991)	197	1.013	(245.612)
Benefícios fiscais				
Incentivo fiscal - PROUNI			77.006	227.908
Incentivo fiscal - Lei Rouanet			2.301	5.689
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	<u>(3.991)</u>	<u>197</u>	<u>80.320</u>	<u>(12.015)</u>

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.893)		(52.386)	(50.030)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	2.902	197	133.025	38.015
Imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores (iii)			12.577	227
	<u>(3.991)</u>	<u>197</u>	<u>93.216</u>	<u>(11.788)</u>

(ii) O montante de IR e CS sobre o diferido é proveniente dos ajustes temporários e de prejuízo fiscal.

A Companhia vem adotando medidas que propiciarão o consumo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, com consequente realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como: (i) reorganizações societárias e suas consequentes melhorias operacionais.

(iii) Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários relacionados aos efeitos dos ajustes positivos e negativos do IFRS16 sobre o cálculo dos lucros da exploração da atividade do exercício fiscal 2019 nos termos do art. 58 da Lei 12.973/2004.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 322.632 (R\$ 160.136 em 31 de dezembro de 2019). A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ajuste a valor presente			5.738	9.626
Provisão para contingências	102	104	83.926	40.261
PCLD			89.941	46.995
Mensalidades a faturar / cancelar			32.581	20.390
Provisão para desmobilização			14.020	6.231
Amortização Mais Valia de ativos			(31.191)	(14.526)
Provisão Risco Fies			7.284	7.248
Opções outorgadas reconhecidas	544	191	47.598	36.268
Arrendamentos			41.933	13.499
Combinação de negócios			(33.294)	
Ágio incorporadas			(11.290)	(11.290)
Depreciação	14	13	8.025	4.540
Variações cambiais	2.550		2.550	
Prejuízo fiscal			62.573	894
Outros ativos			2.238	
	3.210	308	322.632	160.136
Ativo	3.210	308	326.769	163.025
Passivo			(4.137)	(2.889)
	3.210	308	322.632	160.136

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2020 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não há expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2020 a controlada IREP possui imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 138.024 (R\$ 140.988 em 31 de dezembro de 2019) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com a expectativas da Administração, conforme segue:

	2020
	Consolidado
2021	8.189
2022	11.085
2023 a 2026	37.487
2027 a 2030	5.812
	62.573

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

30 Compromissos

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Compromissos em 2020			
Arrendamentos / Contratos de aluguel dos campi	554.292	1.731.253	912.201
Compromissos em 2019			
Arrendamentos / Contratos de aluguel dos campi	208.371	708.406	408.864

31 Eventos Subsequentes

No dia 18/02/2021 foi concluído a 6ª emissão de debentures com esforços restritos com liquidação financeira no dia 19/02/2021 junto aos Bancos Santander, Citibank e Itaú (R\$ 1.000.000, R\$ 500.000 e R\$ 350.000 respectivamente). A taxa de juros da Operação corresponde a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI”), acrescida de spread de 2,50%a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) com prazo de vencimento de 5 anos com a amortização de principal no quarto ano (50%) e quinto ano (50%) da vigência da operação.

Os recursos líquidos provenientes da oferta pública com esforços restritos foram destinados para (i) quitação do principal, juros e demais obrigações em aberto decorrentes do Credit Agreement no valor de US\$ 125.000 celebrado, em 14 de fevereiro de 2020, entre a Emissora e o Citibank N.A., representado por meio do Citibank N.A. (Puerto Rico Branch) International Banking Entity; (ii) quitação do principal, juros e demais obrigações em aberto decorrentes da Cédula de Crédito Bancário nº 4134737, emitida pela Emissora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. em 3 de março de 2020, no valor de R\$ 500.000 (iii) quitação do principal, juros e demais obrigações em aberto decorrentes da Cédula de Crédito Bancário nº 4137075, emitida pela Emissora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. em 16 de abril de 2020, no valor de R\$ 100.000; (iv) quitação do principal, juros e demais obrigações em aberto perante os titulares da 1ª (primeira) série da 3ª (terceira) emissão de notas promissórias comerciais, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, nos termos das cártulas datadas de 27 de março de 2020, totalizando R\$ 350.000 na data de emissão da respectiva série; e (v) reforço de caixa da Emissora.

* * *

YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 08.807.432/0001-10

NIRE 33.300.282.050 | Código CVM n.º 02101-6

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

Em conformidade com o disposto no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alteradas, a administração da **YDUQS Participações S.A.** (“**YDUQS**”) vem submeter à avaliação e aprovação dos senhores acionistas a presente proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021.

Tendo em vista as estimativas realizadas pela administração da Companhia para dar continuidade ao crescimento dos negócios em 2021, a Companhia realizará investimentos em sustentação, tecnologia, expansão orgânica e aquisições.

Para concretizar esses investimentos, em linha com seu Plano de Negócios e Orçamento Anual para 2021, a Administração da Companhia propõe que, após os ajustes legais estabelecidos na Lei das S.A., o montante de R\$560.589.198,00 (quinhentos e sessenta milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e oito reais), proveniente de recurso de terceiros, seja destinado à formação da reserva de retenção de lucros.

O quadro abaixo indica as fontes de recursos previstas pela Companhia para fazer frente aos investimentos:

Investimentos	R\$
TOTAL	560.589.198,00

Fontes	R\$
Recursos de terceiros	560.589.198,00
TOTAL	560.589.198,00

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

YDUQS Participações S.A.

A Administração

YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF N° 08.807.432/0001-10

NIRE 33.3.0028205-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS
AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020**

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, consoante as disposições do artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e, nos limites da sua competência, após concluírem os trabalhos de verificação das Demonstrações Financeiras da YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com os devidos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e baseados no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 16 de março de 2021, sem ressalvas, opinam favoravelmente (i) a aprovação das Demonstrações Financeiras, que, acompanhadas do Relatório da Administração, estão adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação dos acionistas; e (ii) à proposta da administração de destinação do resultado do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo o pagamento de dividendos e o orçamento de capital, recomendando, também, a apreciação e aprovação pelos acionistas da Companhia, nos termos propostos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

Jorge Roberto Manoel

Pedro Wagner Pereira Coelho

Regina Longo Sanchez

YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF N° 08.807.432/0001-10

NIRE 33.3.0028205-0

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS SOBRE AS
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020**

Os membros do Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, consoante seu Regimento Interno e nos limites de sua competência, emitiram parecer favorável e recomendam a aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e das respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício de 2020, não havendo qualquer divergência entre a administração da Companhia, os auditores independentes e este Comitê.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.

Osvaldo Burgos Schirmer
Coordenador do CAF

Brenno Raiko de Souza

Claudia Sender Ramirez

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS ESTATUTÁRIO EXERCÍCIO 2020

Aos

Conselheiros de Administração da YDUQS Participações S.A.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria e Finanças Estatutário (CAF) da YDUQS Participações S.A. (“YDUQS” ou “Companhia”) é órgão estatutário desde 31.08.2017, existindo como comitê de assessoramento ao Conselho de Administração desde 23.07.2008, com a denominação de Comitê de Auditoria, denominação alterada para a atual na reunião do Conselho de Administração de 28.01.2014, e último Regimento Interno revisado e aprovado em 16.03.2021.

O CAF reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAF são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do CAF está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do CAF baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 01.01.2020 a 31.12.2020, o CAF reuniu-se 5 (cinco) vezes. Essas reuniões envolveram os Diretores, Auditoria Interna e, em algumas delas, a Auditoria Externa. As atas das reuniões do CAF são disponibilizadas no Portal de Governança da Companhia para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e, nas reuniões do Conselho de Administração, o Coordenador do CAF relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julga apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAF. As principais atividades realizadas foram:

- † Revisão, supervisão e recomendação do plano de trabalho da Auditoria Interna;
- † Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- † Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos e da Matriz de Riscos;
- † Acompanhamento das atividades de *Compliance*;
- † Acompanhamento e supervisão das atividades e da atuação da Auditoria Interna;
- † Acompanhamento das atividades da Ouvidoria;
- † Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias;
- † Monitoramento da implementação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;

- † Identificação e recomendação de melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implementações dessas recomendações;
- † Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS);
- † Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Formulário de Referência;
- † Análise do Orçamento da Companhia;
- † Análise dos temas de M&A;
- † Revisão do seu Regimento Interno;
- † Análise do Informe de Governança da Companhia;
- † Análise da Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia; e
- † Parcelamento para alunos, PROUNI e PDD.

O CAF, em 2020, realizou 1 (uma) reunião em conjunto com o Conselho Fiscal da Companhia.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de melhorias para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às melhorias são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração da YDUQS é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da YDUQS, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

O CAF mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

Desde o 1º Trimestre de 2017 a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

O CAF acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o CAF avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independentes concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da YDUQS, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com as normas do Novo Mercado da B3 e com as normas internacionais IFRS.

O CAF reuniu-se em diversas ocasiões com a Diretoria e com os responsáveis pela área de controladoria para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O CAF verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com as normas do Novo Mercado da B3 e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o CAF não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à YDUQS. Dessa forma, nos termos do seu Regimento Interno, o CAF informa ao Conselho que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a YDUQS que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020.

O CAF registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da YDUQS, os Auditores Independentes da EY e o próprio CAF em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As opiniões e julgamentos do CAF dependem das informações que são apresentadas pela YDUQS, em particular dos Administradores, das Diretorias de Controladoria (responsável também pela Gestão de Riscos), Jurídica e *Compliance*, Auditoria Interna e demais diretorias

envolvidas, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o CAF julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

Oswaldo Burgos Schirmer
Coordenador e Especialista Financeiro do
CAF

Brenno Raiko de Souza
Membro do CAF

Claudia Sender Ramirez
Membro do CAF

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Yduqs Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Yduqs Participações S.A. (“Companhia” ou “Yduqs”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Yduqs Participações S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme indicado na nota explicativa 2.21a, a receita da Companhia consiste basicamente na prestação de serviços de atividade de ensino superior, presencial e a distância, para pessoas físicas matriculados semestralmente nos cursos regulares oferecidos pela Companhia. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual. Neste contexto, o processo de reconhecimento de receita demanda a existência efetiva de controles internos, que estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas no período de competência adequado, incluindo a manutenção das políticas da Companhia para o cadastro de alunos, precificação dos cursos oferecidos pela Companhia, renegociação de débitos e de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES e PROUNI.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes dos controles internos relevantes implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receita, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastramento de alunos, processo de contratação, ativação, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos FIES e confirmação da comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento; (iv) verificação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, tendo em vista a confirmação e aprovação do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE); (v) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI e confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos; (vi) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; (vii) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; (viii) verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis e (ix) seleção com base em amostras de descontos concedidos via decreto leis e confirmação da aplicação correta dos descontos nos boletos conforme cada jurisdição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios

O teste de redução ao valor recuperável do ágio, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. Conforme indicado na nota explicativa 9, o ágio reconhecido como resultado destas combinações de negócio representa aproximadamente 23% do total de ativos.

O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção e análise do fluxo de caixa projetado elaborado pela administração da Companhia para o teste de redução ao valor recuperável, comparando-o com os planos de negócios aprovados pela Governança; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os resultados efetivos atuais, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) discussão com a administração em relação às principais premissas e testes quanto à metodologia utilizada na mensuração do valor recuperável, especialmente as taxas de desconto e as taxas de crescimento utilizadas na projeção, considerando: (a) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de empresas para nos auxiliar na discussão das principais premissas utilizadas, em comparação com aquelas verificadas no mercado em negócios similares, quando disponíveis; (b) aplicação de análises de sensibilidade sobre as principais premissas adotadas pela administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela administração da Yduqs sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas, e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da administração da Companhia, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção de entendimento dos processos implementados pela administração para identificar, monitorar e registrar contingências; (ii) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (iii) verificação das premissas utilizadas para provisão de contingências trabalhistas, levando em conta o critério específico adotado pela Companhia, baseado no histórico de liquidação de processos, incluindo acordos; (iv) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feitos por advogados externos; (v) verificação das comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte; (vi) para os processos trabalhistas e cíveis que tiveram alteração de prognóstico e/ou valor relevante no período, obtivemos resposta do advogado patrocinador da causa com parecer sobre risco e valor do processo, obtivemos a memória de cálculo dos processos e obtivemos entendimento junto a diretoria jurídica para entender os motivos que influenciaram na mudança e (vii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos cíveis, trabalhistas e tributários na nota explicativa 17 às demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para contingências tributárias, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve subjetividade e alto grau de julgamento da administração. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, conforme divulgado na nota explicativa 4.

Consideramos essa uma área foco de auditoria, pois o uso desses julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas nessa estimativa.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes estabelecidos para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a administração das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) recálculo da provisão, incluindo o reproprocessamento do *aging list* e aplicação dos critérios definidos pela administração; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0